

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO EM E PARA OS DIREITOS HUMANOS
NO CONTEXTO DA DIVERSIDADE CULTURAL

A EJA NOS CURSOS TÉCNICOS NA MODALIDADE A DISTÂNCIA: INCLUSÃO
SOCIAL E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL: inclusão social e qualificação profissional

Marcilene Barros Lima

Brasília, novembro de 2015.



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO EM E PARA OS DIREITOS HUMANOS
NO CONTEXTO DA DIVERSIDADE CULTURAL

Marcilene Barros Lima

A EJA NOS CURSOS TÉCNICOS NA MODALIDADE A DISTÂNCIA: INCLUSÃO SOCIAL E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL: inclusão social e qualificação profissional

Monografia apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO EM E PARA OS DIREITOS HUMANOS NO CONTEXTO DA DIVERSIDADE CULTURAL à Comissão Examinadora da Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília.

Orientação da Professora Dra. Edna Rodrigues Barroso

Brasília, novembro de 2015.

TERMO DE APROVAÇÃO**Comissão Examinadora:**

Profa. (Dra. Edna Rodrigues Barroso)
Nome da instituição a que pertence

Profa. Dra. ou Me. ----- (nome da Examinadora)
Nome da instituição a que pertence

“Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda”.

Paulo Freire

AGRADECIMENTOS

À DEUS, por todas as oportunidades surgidas em minha vida.

A minha família, em especial ao meu pai Antônio Melquíades Lima (in memorian), e a minha mãe Maria Valdeci Barros Lima, pela dedicação aos seus filhos, desde a educação escolar e por a formação.

A minha sobrinha Brenda Anunciada Oliveira Lima, que em todo momento esteve me acompanhando no processo de elaboração do TCC, bem como na participação ativa nas visitas ao CEP.

A Orientadora Profa. Dra. Edna Rodrigues Barroso, pelo seu profissionalismo e paciência, que me orientou com muita dedicação e empenho durante a construção do TCC.

A minha tutora Arij Mohamad Radwan Omar Chabrawi que, durante todo o curso, de forma participativa, me ajudou construir conhecimentos tanto na área educacional bem como na profissional e a Tutora Elisa Matos.

Às Coordenadoras do Curso e aos profissionais administrativos, sempre prestativos.

Ao CEP Ceilândia, que abriu as portas para que pudesse realizar a devida pesquisa.

Ao Prof. Guidborgongne do CEP, que criou condições da realização da aplicação da pesquisa..

Aos queridos alunos do curso Técnico em Administração na modalidade a distância pelo PROEJA, que me receberam muito bem e me proporcionaram uma boa pesquisa e intervenção.

Finalmente, agradeço à Universidade de Brasília, através do Departamento de Psicologia, pela oportunidade de conclusão do curso de especialização e por me favorecer o desvendar de novos caminhos e possibilidades para novas pesquisas.

A Estrada
Cidade Negra

Você não sabe o quanto eu caminhei
Pra chegar até aqui
Percorri milhas e milhas antes de dormir
Eu nem cochilei
Os mais belos montes escalei
Nas noites escuras de frio chorei, ei, ei, ei
Ei, ei, ei, ei, ei, ei, ei

Você não sabe o quanto eu caminhei
Pra chegar até aqui
Percorri milhas e milhas antes de dormir
Eu nem cochilei
Os mais belos montes escalei
Nas noites escuras de frio chorei, ei, ei, ei
Ei, ei, ei, ei, ei, ei, ei

A vida ensina e o tempo traz o tom
Pra nascer uma canção
Com a fé do dia a dia encontro a solução
Encontro a solução...

RESUMO

A pesquisa, de caráter qualitativo, foi realizada no Centro de Educação Profissional- CEP da Região Administrativa de Ceilândia. O objetivo geral foi investigar as percepções dos alunos da EJA do curso técnico na modalidade a distância em relação às oportunidades proporcionadas pela Educação Profissional. E teve como objetivos específicos: articular um debate sobre a EJA como um direito humano; discuti-la na modalidade a distância: dificuldades e potencialidades desta modalidade de ensino; refletir sobre o mercado de trabalho e os seus desafios atuais. Para alcançar tais objetivos, desenvolveu-se um conjunto de ações interventivas composto por observações, roda de conversa e aplicação de questionário que levantaram dados que foram analisados à luz do referencial teórico estudado. Analisou-se que, embora o acesso seja fácil, é preciso que haja ações que estimulem os educandos à aproximação com a plataforma Moodle,, visto que é possível perceber que a presença do professor faz falta em relação à aprendizagem discente. De modo geral, os resultados mostraram que os concluintes do curso estão em busca de novas oportunidades na área educacional como o acesso ao ensino superior e novas oportunidades na área profissional.

Palavras-chave: EJA, educação profissional, modalidade a distância.

LISTA DE QUADROS, FIGURAS, TABELAS E GRÁFICOS

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Itens para análise dos componentes do sistema de EAD	59
---	----

LISTA DE FIGURAS

Figura 2- Mapa de Localização do CEP.....	39
Figura 3 - Plataforma Moodle da ETC.....	58
Figura 4 - Momento da aplicação do Questionário e Discussão	61
Figura 5 Convite do Evento	80

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Linha de Tempo da Educação de Jovens e Adultos (EJA)	18
Tabela 2 - Número de Matrículas na Educação de Jovens e Adultos por Etapas de Ensino - Brasil - 2007 - 2013	27
Tabela 3 - Estrutura da pesquisa intervenção.....	36
Tabela 4 - Estrutura do Questionário	37
Tabela 5 – Apresentação do Cronograma dos Cursos Técnicos	44

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Educação de Jovens e Adultos - Medidas de Posição da Idade dos Alunos Matriculados nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental - Brasil - 2007 – 2013	28
Gráfico 2 - Educação de Jovens e Adultos – Medidas de Posição da Idade dos Alunos Matriculados nos Anos Finais do Ensino Fundamental – Brasil – 2007-2013	28
Gráfico 3 - Educação de Jovens e Adultos – Medidas de Posição da Idade dos Alunos Matriculados no Ensino Médio – Brasil – 2007- 2013	29
Gráfico 4 - organograma do CEP.....	42
Gráfico 5 - Módulo do Curso	49
Gráfico 6 – Gênero dos alunos entrevistados.....	49

Gráfico 7 - Faixa Etária.....	50
Gráfico 8 - Conjugue.....	51
Gráfico 9 - Filhos	52
Gráfico 10 - Percepção sobre o Professor	52
Gráfico 11 – Motivação para estudar	54
Gráfico 12 - Atuação profissional	54
Gráfico 13 - Trajetória Acadêmica.....	55
Gráfico 14 – Dedicção de horas para estudar	57

Sumário

INTRODUÇÃO	12
OBJETIVOS	15
1. FUNDAMENTAL TEÓRICA	16
1.1. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB.....	16
1.2. Breve histórico da Educação de Jovens e Adultos no Brasil	18
1.3. Conhecendo “Os Sujeitos da EJA”	20
1.4. Da participação dos Fóruns de EJA	21
1.5. Fundamentos Legais da EJA.....	21
1.6. Por uma política de integração da Educação Profissional técnica de nível médio e o Ensino Médio na modalidade EJA	24
1.7. Do programa PROEJA.....	25
1.8. Os grupos destinatários da política de integração da Educação Profissional técnica de nível médio e o Ensino Médio na modalidade EJA	26
1.9. Concepções e princípios por uma política de integração da Educação Profissional técnica de nível médio e o Ensino Médio na modalidade EJA	29
1.10. A Organização da EJA no Distrito Federal.....	31
1.12. A EJA na modalidade a distância	32
1.13. O PROEJA no DF.....	34
2. METODOLOGIA	35
2.1. Abordagem Teórica	35
2.2. Procedimentos e Instrumentos	37
2.3. Instrumentos e Materiais.....	38
2.4. Local/Cenário da Pesquisa do CEP.....	38
2.5. Participantes da pesquisa	44
2.6. Procedimentos de Análise de Dados.....	45
3. RESULTADOS E DISCUSSÕES	45
3.1. Etapa 01 – Observação em Sala de Aula – Roda de Conversa	46
3.2. Etapa 02 – Participação e Observação no Fórum EJA.....	47
3.3. Etapa 03 – Aplicação do questionário e participação observação	48
3.4. Etapa 04 – Reflexão do Professor sobre a EJA.....	61
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	64

REFERÊNCIAS	66
APÊNDICES	71
A – (Modelo de Roteiro de Atividades para a Roda de Conversa)	71
B – (Modelo de Diário de Bordo)	71
C – (Modelo de Questionário – Anexo I para alunos)	73
C – (Modelo de Questionário – Anexo II para professor).....	75
ANEXOS	76
A – (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - Professor)	76
B – (DECRETO N° 5.840, DE 13 DE JULHO DE 2006.)	78
C – (Convite do GTPA – FÓRUM EJA-DF).....	80

INTRODUÇÃO

Atualmente um assunto em destaque na sociedade é a importância do acesso aos Direitos Humanos e Cidadania, por meio da inclusão social, no âmbito da educação, saúde, segurança pública, do acesso à informação e entre outros direitos fundamentais.

Segundo a Declaração Universal dos Direitos Humanos¹ (DUHD), aprovada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 10 de dezembro de 1948, os Direitos Humanos consistem em:

[...] Direitos básicos e as liberdades fundamentais de todos os seres humanos sem distinção de raça, cor, sexo, idade, religião, opinião política, origem nacional ou social, ou qualquer outra”.

A declaração acima apresenta um conjunto de 30 artigos, de modo a priorizar a igualdade como princípio democrático enfatizando a universalidade, a indivisibilidade e a interdependência dos direitos humanos, conforme destacados nos artigos abaixo:

I - Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade.

II - Todo ser humano tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, idioma, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição.

No que tange ao princípio da igualdade, segundo a Constituição Federal de 1988 do nosso país, em seu Artigo 3º, destaca-se:

I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;
 II - garantir o desenvolvimento nacional;
 III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;
 IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quais quer outras formas de discriminação.

Para construir uma sociedade nos moldes apregoados pela Constituição, é preciso combater a desigualdade e a exclusão. Segundo o autor (Santos, 2006: 279), esses conceitos tem que ser refletidos, pois:

A desigualdade e a exclusão têm, pois, de ser justificadas com exceções ou incidentes de um processo societal que não lhes reconhece legitimidade, em princípio. E, perante elas, a única política social legítima é a que define os meios para minimizar uma e outra.

¹ Portal da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Disponível em: <<http://www.dudh.org.br/declaracao/>>. Acessado em 07.11.2015.

Esse trabalho compreende a educação como um direito humano fundamental e como elemento fundamental da cidadania. Quanto às questões de inclusão social, abordaremos um estudo sobre o acesso a educação por meio da modalidade a distância na Educação de Jovens e Adultos – EJA. Mais especificamente, estudaremos a proposta do curso técnico em Administração do programa PROEJA oferecido pela Escola Técnica de Ceilândia - ETC do Centro de Educação Profissional – CEP, situada na cidade de Ceilândia do Distrito Federal - DF.

Segundo a Companhia de Planejamento do Distrito Federal - CODEPLAN, a Ceilândia é a localidade do Distrito Federal com a maior densidade urbana, há quarenta e quatro anos para resolver problemas de distribuição populacional da região do Plano Piloto e proximidades, a Região Administrativa possui atualmente quase 600 mil habitantes, conforme Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PNAD) no ano de 2010.

De acordo com a Pesquisa da CODEPLAN, nos últimos anos a Região Administrativa registrou ganhos na área social. Houve uma duplicação da proporção de moradores com nível superior, um aumento no número de acesso a computador e melhorias na condição dos 106.071 domicílios. A totalidade das residências possui abastecimento de água, 80% estão ligadas aos serviços de esgoto e 82,4% têm coleta de lixo.

Destaca-se ainda pela CODEPLAN que a Ceilândia tem o maior número de comerciários do DF, totalizando 100 mil, possui um parque industrial com 1,2 mil empresas – outras cem estão em fase de implantação – sendo a maior parte constituída de fábricas de pré-moldados, alimentos e móveis, de acordo com a Federação das Indústrias de Brasília (FIBRA).

Discorre ainda a CODEPLAN que Ceilândia possui hotéis, dois shoppings, um campus do Instituto de Ensino Superior de Brasília (IESB), um campus da Faculdade Projeção e um da Universidade de Brasília (UnB), com cinco cursos na área de saúde. E já está concluída a DF-459, que permitiu o acesso à BR-060, via Goiânia-São Paulo, ligando Ceilândia a Taguatinga e Samambaia. A cidade é cortada por cinco estações de metrô. Ceilândia também se destaca pelas tradições das raízes culturais, especialmente aquelas vinculadas ao Nordeste do país e à cultura de rua.

Por fim, a CODEPLAN analisa que a Região Administrativa possui o maior número de pontos de cultura fomentados pelo Ministério da Cultura: nove ao todo, sendo que cada um desempenha um papel diferente em prol da comunidade, visando ao crescimento econômico e sociocultural local. A Casa do Cantador, inaugurada em novembro de 1986 e considerada o Palácio da Poesia e da Literatura de Cordel no Distrito Federal, transformou-se em palco de

apresentações de grandes nomes da cultura nordestina. Além das apresentações de cantores de repente e embolada, há exposição de culinária nordestina, oficinas de música e trabalhos de inclusão digital. Sua biblioteca, batizada de Patativa do Assaré, dispõe de um grande acervo de literatura de cordel. A Casa do Cantador foi projetada pelo arquiteto Oscar Niemeyer – a única obra do arquiteto fora do Plano Piloto.

Ceilândia congrega um Centro Interescolar de Línguas; 85 escolas públicas; um hospital regional; 12 centros de saúde; o 4º Grupamento de Bombeiros Militar (GBM); uma Delegacia de Polícia Civil (24ª DP); um Batalhão da Polícia Militar (8ª BPM); 15 postos de segurança comunitária; um Centro Cultural, composto de uma biblioteca, um auditório e salas multiuso; um restaurante comunitário; um Parque Ecológico, Pontos de Encontro Comunitário; uma Vila Olímpica; um Tribunal Regional de Justiça; um Fórum; quatro cartórios; oito feiras permanentes e uma feira de artesanato.

A área urbana é de 29,10 km² e está subdividida nos seguintes setores: Ceilândia Centro, Ceilândia Sul, Ceilândia Norte, P Sul, P Norte, Setor O, Expansão do Setor O, QNQ, QNR, Setores de Indústria e de Materiais de Construção e parte do INCRA (área rural da região administrativa), setor Privê e condomínios em fase de legalização, como o Pôr do Sol e o Sol Nascente. A Região Administrativa IX está situada a 26 quilômetros do Plano Piloto.

PROBLEMATIZAÇÃO

Conforme previsto no artigo 208 da Constituição Federal acerca da ampliação dos direitos, com a universalização da Educação Básica, destaca-se que o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

- I - Ensino Fundamental obrigatório e gratuito, assegurada, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria;
- II - progressiva universalização do Ensino Médio gratuito.

Assim, a EJA surge como a oportunidade do ensino gratuito direcionado ao público que não teve oportunidade do acesso à educação por meio do Ensino Fundamental e/ou Médio na idade considerada correta, uma vez que, por diversos motivos, teve que desistir aos estudos para dedicar-se ao trabalho e outras tarefas do dia a dia. Outra oportunidade surgida ao longo da trajetória educacional foi a constituição da modalidade Educação a Distância - EaD, também com o propósito de incluir o cidadão no processo educacional, oferecendo condições para aqueles que não têm tempo suficiente para dedicar-se aos estudos na forma presencial, por motivo de trabalho ou outros.

O trabalho é uma pesquisa-intervenção que envolveu os alunos do curso Técnico em Administração a Distância pelo programa PROEJA e buscou suas percepções desses estudantes sobre: o curso, inclusão social, EaD e, por fim, sobre as oportunidades geradas por meio da qualificação para o mercado de trabalho.

JUSTIFICATIVA

A inclusão social, que também pode ser alcançada pela qualificação profissional, é um aspecto da cidadania, com as oportunidades ocorridas pelo acesso à escolarização formal pela EaD por meio dos cursos técnicos, superiores e de capacitação profissional.

Desde a década de 1990 até o presente momento, a Educação Profissional no Brasil tem criado oportunidades além do ensino propedêutico, bem como na capacitação profissional por meio da aplicação do ensino em campo para que os discentes possam se aperfeiçoar na aliança entre teoria e prática, se preparando para o mercado de trabalho e também para a possível continuidade dos estudos.

OBJETIVOS

OBJETIVO GERAL

Investigar as percepções dos alunos em relação às oportunidades proporcionadas pela Educação Profissional.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Articular um debate sobre a EJA como um direito humano;
- Discutir acerca da EJA na modalidade a distância: dificuldades e potencialidades desta modalidade de ensino;
- Refletir sobre o mercado de trabalho e os seus desafios atuais.

1. FUNDAMENTAL TEÓRICA

1.1. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB

A educação e o ensino estão instituídos na Constituição Federal e devidamente normatizados na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB por meio da Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996:

Art. 2º. A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 3º. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I** - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II** - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- III** - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas;
- IV** - respeito à liberdade e apreço à tolerância;
- V** - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- VI** - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- VII** - valorização do profissional da educação escolar;
- VIII** - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;
- IX** - garantia de padrão de qualidade;
- X** - valorização da experiência extra-escolar;
- XI** - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.
- II** - educação superior.

A educação escolar é o grande mote da LDB, sendo que a educação abrange também outros espaços de formação:

Art. 1º. A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

§ 1º. Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, pre predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias.

§ 2º. A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social.

A educação é formada por níveis e modalidades de acordo com a atual LDB e se compõe da seguinte forma:

Art. 21º. A educação escolar compõe -se de:

- I** - Educação Básica, formada pela Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio.

Já quanto ao nível I – Educação Básica, a legislação educacional discorre sobre seus objetivos próprios:

[...] **Art. 22º.** A Educação Básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.

Segundo a LDB, em seu artigo 32², o Ensino Fundamental, com duração mínima de oito anos, obrigatório e gratuito na escola pública, terá por objetivo a formação básica do cidadão. E o Ensino Médio, no artigo 35³, seria a etapa final da Educação Básica, com duração mínima de três anos:

§ 2º. O Ensino Médio, atendida a formação geral do educando, poderá prepará-lo para o exercício de profissões técnicas.

§ 3º. Os cursos do Ensino Médio terão equivalência legal e habilitarão ao prosseguimento de estudos.

§ 4º. A preparação geral para o trabalho e, facultativamente, a habilitação profissional, poderão ser desenvolvidas nos próprios estabelecimentos de Ensino Médio ou em cooperação com instituições especializadas em Educação Profissional.

Temos ainda, prevista pela LDB a Educação de Jovens e Adultos em seu artigo 37⁴, ministrada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no Ensino Fundamental e médio na idade própria. A LDB prevê ainda para essa modalidade de ensino, que é o foco dessa pesquisa:

[...] § 1º. Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames (BRASIL, 1996).

Quanto à Educação Profissional, a LDB prevê sobre esta modalidade da Educação Básica:

Art. 39º. A Educação Profissional, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva.

Parágrafo único. O aluno matriculado ou egresso do Ensino Fundamental, médio e superior, bem como o trabalhador em geral, jovem ou adulto, contará com a possibilidade de acesso à Educação Profissional (BRASIL, 1996).

² Diretrizes e Bases da Educação nacional. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, pág.12. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf1/proejalei9394.pdf>. Acessado em 30.10.2015.

³ Diretrizes e Bases da Educação nacional. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, pág.13. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf1/proejalei9394.pdf>. Acessado em 30.10.2015.

⁴ Diretrizes e Bases da Educação nacional. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, pág.13. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf1/proejalei9394.pdf>. Acessado em 30.10.2015.

O acesso a Educação a Distância também está tratada na legislação educacional hodierna:

Art. 80º. O Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada.

§ 1º. A Educação a Distância, organizada com abertura e regime especiais, será oferecida por instituições especificamente credenciadas pela União.

§ 2º. A União regulamentará os requisitos para a realização de exames e registro de diploma relativos a cursos de Educação a Distância.

Então, como pode ser visto, a LDB abarca todos os níveis, etapas e modalidades da educação, normatizando este campo que pode ser visto como um direito humano fundamental.

1.2. Breve histórico da Educação de Jovens e Adultos no Brasil

A Educação de Jovens e Adultos - EJA, no contexto histórico, surge no momento em que com a chegada da família real no Brasil. Daí surge a necessidade da formação de trabalhadores para atender a aristocracia portuguesa⁵, havendo a implantação do processo de escolarização de adultos para atuarem no serviço da corte e para cumprir as atividades previstas pelo Estado. Segundo Piletti (1988, p. 165), a realeza procurava facilitar o trabalho missionário da Igreja, na medida em que esta procurava converter os índios aos costumes da Coroa Portuguesa.

Atualmente, de modo geral, os estudiosos e os sistemas de ensino entendem a Educação de Jovens e Adultos como um serviço educacional direcionado aos educandos jovens, adultos e idosos.

O Caderno de Diretrizes da Educação de Jovens e Adultos (2007) apresenta a Linha de Tempo da EJA em nosso país:

Tabela 1 - Linha de Tempo da Educação de Jovens e Adultos (EJA)

Década de 30	A educação de adultos começa a delimitar seu lugar na história da educação no Brasil.
Década de 40	Ampliação da educação elementar, inclusive da Educação de Jovens e Adultos. Nesse período, a educação de adultos toma a forma de Campanha Nacional de Massa.
Década de 50	A Campanha se extinguiu antes do final da década. As críticas eram dirigidas tanto às suas deficiências administrativas e financeiras, quanto à sua orientação pedagógica.
Década de 60	O pensamento de Paulo Freire, assim como sua proposta para a alfabetização de adultos, inspira os principais programas de alfabetização do país.
Ano de 1964	Aprovação do Plano Nacional de Alfabetização, que previa a disseminação por todo o Brasil, de programas de alfabetização orientados pela proposta de Paulo Freire. Essa proposta foi interrompida com o Golpe Militar e seus promotores foram duramente

⁵ **Aristocracia** - Sociedade politicamente organizada, cujo controle estatal é privativo de uma camada social privilegiada. A classe nobre, os fidalgos. A classe social superior pelo saber e merecimento real.

	reprimidos.
Ano de 1969	Campanha Massiva de Alfabetização
Década de 70	O MOBREAL expandiu-se por todo o território nacional, diversificando sua atuação. Das iniciativas que derivaram desse programa, o mais importante foi o PEI – Programa de Educação Integrada, sendo uma forma condensada do antigo curso primário.
Década de 80	Emergência dos movimentos sociais e início da abertura política. Os projetos de alfabetização se desdobraram em turmas de pós-alfabetização.
Ano de 1985	Desacreditado, o MOBREAL foi extinto e seu lugar foi ocupado pela Fundação Educar, que apoiava, financeira e tecnicamente, as iniciativas do governo, das entidades civis e das empresas.
Década de 90	Com a extinção da Fundação Educar, criou-se um enorme vácuo na Educação de Jovens e Adultos. Alguns estados e municípios assumiram a responsabilidade de oferecer programas de Educação de Jovens e Adultos. A história da Educação de Jovens e Adultos no Brasil chega à década de 90 reclamando reformulações pedagógicas.
Ano de 1990	Acontece na Tailândia/Jomtiem, a Conferência Mundial de Educação para Todos, onde foram estabelecidas diretrizes planetárias para a Educação de Crianças, Jovens e Adultos.
Ano de 1997	Realizou-se na Alemanha/Hamburgo, a V Conferência Internacional de Educação de Jovens, promovida pela UNESCO (Organização das Nações Unidas). Essa conferência representou um importante marco, a medida em que estabeleceu a vinculação da educação de adultos ao desenvolvimento sustentável e equitativo da humanidade.
Ano de 1998	A Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB 9394/96, dedica dois artigos (arts. 37 e 38), no Capítulo da Educação Básica, Seção V, para reafirmar a obrigatoriedade e a gratuidade da oferta da educação para todos que não tiveram acesso na idade própria.
Ano de 2000	Sob a coordenação do Conselheiro Carlos Roberto Jamil Cury, é aprovado o Parecer nº 11/2000 – CEB/CNE, que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Também foi homologada a Resolução nº 01/00 – CNE. Em Mato Grosso, foi homologada a Resolução nº 180/2000 – CEE/MT, que aprovou o Programa de EJA para as escolas do Estado, a partir de 2002 e para os demais estados.

Fonte: Secretaria de Educação. Caderno de Diretrizes de Jovens e Adultos, 2007.

Destaca-se da linha de tempo acima a aprovação do Plano Nacional de Alfabetização por meio da Proposta de Paulo Freire⁶, com a proposta do programa de alfabetização em todo o território nacional, de levar a leitura do mundo por da leitura da palavra. A figura 1 abaixo mostra Paulo Freire iniciando uma conversa e entrevista com os alunos matriculados para iniciar um trabalho de alfabetização que, para o educador, era sinônimo de conscientização.

Paulo Freire, ao longo de sua trajetória focada na educação, sempre defendeu que o ensino da EJA não era apenas para que o educando se alfabetizasse, mas também para que se possibilitasse a todos o acesso à cultura, não só escrita, mas também às informações e

⁶ O educador e filósofo pernambucano Paulo Freire (1921-1997) passa a ser reconhecido como patrono da educação brasileira. É o que estabelece a Lei nº 12.612, do dia 13 último. Freire dedicou grande parte de sua vida à alfabetização e à educação da população pobre.

reflexões das quais foram privados devido à exclusão escolar, além da preparação para o mercado de trabalho.

De acordo com o educador (FREIRE, 1999, p.40), o que importa é “(...) a educação como prática de liberdade, ao contrario daquela que é a prática da dominação implica a negação do homem abstrato, isolado, solto, desligado do mundo, assim também a negação do mundo como uma realidade ausente dos homens.”

O educador Paulo Freire entendia que, para tornar-se um ser humano alfabetizado, é mais do que necessário estar inserido na sociedade, bem como no mercado de trabalho, onde faz-se necessário aprender ler e escrever. Resultado disso o aprendizado por meio da leitura, fazer compras, pegar um ônibus, telefonar bem como todas as outras práticas sociais.

Segundo Paulo Freire: “Não basta saber ler que Eva viu a uva. É preciso compreender a posição que Eva ocupa no seu contexto social, quem trabalha para produzir a uva e quem lucra com esse trabalho” (FREIRE, 1991, p.22).

De acordo com os pensamentos e ações de Paulo Freire, conseguia aproximar os educadores, numa nova visão relativamente comprometida com a sociedade bem como com o educando. Diante disso, seu trabalho que é uma luta sozinha, passou a ser de forma coletiva, com a participação de todos.

1.3. Conhecendo “Os Sujeitos da EJA”

Segundo (PINTO, 2010, p.66), seria demanda dessa modalidade pensar as questões relacionadas às propostas de ensino designadas a esse público singular. Assim fala o autor:

O adulto analfabeto é em verdade um homem culto, no sentido objetivo (não idealista) do conceito de cultura, posto que, se não fosse assim, não poderia sobreviver. Sua instrução formal (alfabetização, escolarização) tem que se fazer sempre partindo da base cultural que possui e que reflita o estado de desconhecimento (material e cultural) da sociedade à qual pertence.

A Educação de Jovens e Adultos é uma modalidade singular da Educação Básica que busca atender a um grupo de pessoas específicas, excluída por algum momento da escola. Busca-se o direito à educação perdida na infância ou na adolescência, bem como por motivos da falta de vagas regulares na escola, por não se enquadrar no ensino regular e pelas condições socioeconômicas desfavoráveis do educando.

Geralmente, os estudantes têm características comuns que compõem esse público, destacando-se que:

[...] os jovens e adultos trabalhadores lutam para superar suas condições precárias de vida (moradia, saúde, alimentação, transporte, emprego etc.) que estão na raiz do problema do analfabetismo. O desemprego, os baixos salários e suas péssimas condições de vida comprometem o processo de alfabetização dos jovens e dos adultos (GADOTTI, 2007, p.31).

Segundo o Caderno de Diretrizes de Jovens e Adultos (2007) já citado, seu público tem características próximas, mas também é bastante diverso:

São homens e mulheres, trabalhadores (as) empregados (as) e desempregados (as), ou em busca do primeiro emprego; filhos, pais e mães; moradores urbanos de periferias, favelas e vilas. São sujeitos sociais e culturais, marginalizados nas esferas socioeconômicas e educacionais, privados do acesso à cultura letrada e aos bens culturais e sociais, comprometendo uma participação mais efetiva no mundo do trabalho, da política e da cultura. Vivem no mundo urbano, industrializado, burocratizado e escolarizado, em geral trabalhando em ocupações não-qualificadas. Trazem a marca da exclusão social, mas são sujeitos do tempo presente e do tempo futuro, formados pelas memórias que os constituem enquanto seres temporais.

O mesmo Caderno mostra que os sujeitos da EJA são considerados os excluídos dos sistemas de ensino, bem como aqueles que têm tempo maior de escolaridade, que tiveram mais de uma repetência interrompendo sua vida escolar. E essas interrupções muitas vezes provêm do fato deles terem entrado muito cedo no mercado de trabalho.

Ou seja, os sujeitos da EJA são muitos, são diversos e a sociedade e o Estado têm dívidas sociais com este público.

1.4. Da participação dos Fóruns de EJA

Em 1997 surgem os Fóruns de EJA no país, onde sua história passa a ser escrita num Boletim da Ação Educativa, socializada numa agenda dos Fóruns e dos relatórios dos Encontros Nacionais de EJA - ENEJAs. Em meados de 1999 a 2000, os devidos Fóruns passaram a marcar forte presença nas audiências do Conselho Nacional de Educação, com o objetivo de discutir as diretrizes curriculares para a EJA.

Segundo SOARES (2004), os Fóruns são movimentos que articulam instituições, socializam iniciativas e intervêm na elaboração de políticas e ações da área de EJA, ocorrendo em movimento nacional, com o objetivo de interlocução com organismos governamentais para intervir na elaboração de políticas públicas.

A responsabilidade dos Fóruns foi pela elaboração das diretrizes estaduais e municipais da EJA. Por meio da Secretaria da Erradicação do Analfabetismo foi instituída a Comissão Nacional de Alfabetização solicitando aos Fóruns um representante. De acordo com (SOARES, 2004) os Fóruns, portanto, têm sido interlocutores da EJA no cenário nacional, contribuindo para a discussão e o aprofundamento do que seja a Educação de Jovens e Adultos no Brasil.

1.5. Fundamentos Legais da EJA

A política legal da EJA tem como propósito empenhar-se no resgate do povo brasileiro, no que refere-se à igualdade nas oportunidades de inclusão e justiça social.

Conforme prevista pela Constituição Federal, que trata do direito da Educação, assim prevê em seu Art. 205: *A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.*

A LDB, na seção V, do artigo 37, aborda a EJA e fala das responsabilidades do Estado e também associa esta modalidade a outra, a Educação Profissional:

§ 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

§ 2º O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.

§ 3º A Educação de Jovens e Adultos deverá articular-se, preferencialmente, com a Educação Profissional, na forma do regulamento.

A referida lei aborda que ainda acerca da idade mínima para o ingresso ao curso do EJA no Ensino Médio bem como a realização de exames de sua conclusão do curso será de 18 (dezoito) anos completos.

A EJA atenderá ao público que não conseguiu concluir o Ensino Fundamental e Médio com idade considerada adequada, de acordo com a Resolução nº 3, de 15 de junho de 2010 da Câmara de Educação Básica - CEB do Conselho Nacional de Educação – CNE que institui as Diretrizes Operacionais para a EJA. Esta Resolução, entre outros aspectos, trata da duração dos cursos e idade mínima para ingresso nos cursos, idade mínima e certificação nos exames e Educação a Distância.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação de Jovens e Adultos (Parecer CNE/CEB 11/2000 e da Resolução CNE/CEB 1/2000) analisa a EJA como modalidade dos Ensinos Fundamental e Médio:

Como modalidade destas etapas da Educação Básica, a identidade própria da Educação de Jovens e Adultos considerará as situações, os perfis dos estudantes, as faixas etárias e se pautará pelos princípios de equidade, diferença e proporcionalidade na apropriação e contextualização das diretrizes curriculares nacionais e na proposição de um modelo pedagógico próprio.

São apresentados ainda, seus princípios e suas três funções integradas:

- Reparadora, significa não só a entrada no circuito dos direitos civis pela restauração de um direito negado: o direito a uma escola de qualidade, mas também o reconhecimento daquela igualdade ontológica de todo e qualquer ser humano.
- Equalizadora, vai dar cobertura a trabalhadores e a tantos outros segmentos sociais como donas de casa, migrantes, aposentados e encarcerados. A reentrada

no sistema educacional dos que tiveram uma interrupção forçada seja pela repetência ou pela evasão, seja pelas desiguais oportunidades de permanência ou outras condições adversas, deve ser saudada como reparação corretiva, ainda que tardia, de estruturas arcaicas, possibilitando aos indivíduos novas inserções no mundo do trabalho, na vida social, nos espaços da estética e na abertura dos canais de participação.

- Qualificadora, mais do que uma função permanente da EJA que pode se chamar de qualificadora. Mais do que uma função, ela é o próprio sentido da EJA. Ela tem como base o caráter incompleto do ser humano cujo potencial de desenvolvimento e de adequação pode se atualizar em quadros escolares ou não escolares.

Quanto a estrutura do Ensino de Jovens e Adultos, a Resolução citada anteriormente, em seu Artigo 6º, diz que cada sistema de ensino pode definir a estrutura e a duração dos cursos, desde que respeitadas as diretrizes, a identidade desta modalidade e o regime de colaboração entre os entes federativos.

Ainda no campo legal, importante destacar a questão do financiamento desta modalidade de educação. Temos três vias:

- ✓ Pela Lei nº 11.494/2007⁷ - Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB;
- ✓ Pela Lei nº 11.947/2009⁸ - O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) implantado em 1955 garante, por meio da transferência de recursos financeiros, a alimentação escolar dos alunos de toda a Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos) matriculados em escolas públicas e filantrópicas;
- ✓ Pela Lei Federal nº 10.880/2004⁹ – É baseado na transferência automática de recursos financeiros, sem necessidade de convênio ou outro instrumento congênere, para custear despesas com reforma, seguros, licenciamento, impostos e taxas, pneus, câmaras, e serviços de mecânica em freio, suspensão, câmbio, motor, elétrica e funilaria, recuperação de assentos, combustível e lubrificantes do veículo ou, no que couber, da embarcação utilizada para o transporte de alunos do Ensino Fundamental público residentes em área rural.

São apresentadas ainda, acerca do financiamento, por meio de projetos através das resoluções abaixo:

RESOLUÇÕES/SECAD/MEC:

- a) Resolução/FNDE/CD/nº48 de 28 de novembro de 2008 - Estabelece orientações para a apresentação, seleção e apoio financeiro a projetos que visem à oferta de cursos

⁷Ministério da Educação. FNDE. Disponível em:<http://www.fnde.gov.br/financiamento/fundeb/fundeb-apresentacao>. Acessado em 30.11.2015.

⁸<http://www.brasil.gov.br/governo/2013/07/merenda-escolar-utiliza-cada-vez-mais-produtos-da-agricultura-familiar>

⁹<https://undime.org.br/noticia/resolucao-estabelece-criterios-e-formas-de-transferencia-de-recursos-do-pnate>

de formação continuada na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos no formato de cursos de extensão, aperfeiçoamento e especialização.

b) Resolução FNDE/CD nº 51, de 15 de dezembro de 2008 - Estabelece critérios para a apresentação, seleção e apoio financeiro a projetos que visem o fomento à produção de material pedagógico-formativo e de apoio didático de EJA, à formação de educadores, coordenadores e gestores da EJA e à publicação de experiências de EJA todos com ênfase na Economia Solidária.

c) Resolução/FNDE/CD/ nº 44 de 16 de outubro de 2008 - Estabelece critérios e procedimentos para a execução de projetos de fomento à leitura para neoleitores jovens, adultos e idosos, mediante assistência financeira aos Estados, Municípios, Distrito Federal, Instituições Públicas de Ensino Superior e Entidades sem fins lucrativos.

d) Resolução/FNDE/CD/nº 50 de 04 de dezembro de 2008 - Estabelece critérios e procedimentos para assistência financeira a projetos de cursos de extensão para a formação de educadores para atuar em Alfabetização de jovens e adultos, no âmbito do Programa Brasil Alfabetizado.

A Educação de Jovens e Adultos no Brasil, embora seja ampara pela Constituição Federal e por políticas públicas governamentais, ainda não consegue atender a todo o público que poderia estar inserido nesta modalidade educacional

Conforme descrito no Documento Base do PROEJA, a EJA atua com sujeitos marginais por meio de fatores relacionadas à raça/etnia, cor, gênero, entre outros: Negros, quilombolas, mulheres, indígenas, camponeses, ribeirinhos, pescadores, jovens, idosos, subempregados, desempregado e trabalhadores informais.

Portanto, tanto o amparo legal quanto o financiamento constante são fundamentais para que a EJA, como direito humano alcance todos os grupos que têm direito à educação.

1.6. Por uma política de integração da Educação Profissional técnica de nível médio e o Ensino Médio na modalidade EJA

Uma das políticas adotadas para o fortalecimento da EJA foi a implantação do Programa de Integração da Educação Profissional do Ensino Médio na Modalidade Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), sendo originária do Decreto nº. 5.478, de 24/06/2005. Esta política governamental busca atender à demanda de jovens e adultos pela oferta de Educação Profissional técnica de nível médio.

Os cursos do PROEJA podem ser oferecidos de forma integrada ou concomitante. A forma integrada é aquela em que o estudante tem matrícula única e o curso possui currículo único, ou seja, a formação profissional e a formação geral são unificadas.

Agora, na forma concomitante, o curso é oferecido em instituições distintas, isto é, em uma escola o estudante terá aulas dos componentes da Educação Profissional e em outra do Ensino Médio ou do Ensino Fundamental, conforme o caso. As instituições que optarem pela

forma concomitante devem celebrar convênios de intercomplementaridade, visando o planejamento e o desenvolvimento de projetos pedagógicos unificados.

1.7. Do programa PROEJA

O PROEJA é um Programa Nacional de Integração da Educação Básica com a Educação Profissional na modalidade de EJA, com sua principal base legal é amparado pelo Decreto nº 5.840, de 13 de julho de 2006. O objetivo fundamental do PROEJA é de ofertar cursos de Educação Profissional, direcionado a Jovens e adultos que não tiveram a oportunidade de cursar o Ensino Fundamental e/ou o Ensino Médio na idade regular e que procuram ainda uma profissionalização.

O PROEJA é ofertado para: Ensino Fundamental (EJA) com qualificação profissional, Ensino Médio (EJA) com qualificação profissional e Ensino Médio (EJA) com Educação Profissional Técnica.

De acordo com Moll (2010, p.19), o PROEJA pode ser considerado um assunto desafiador no que diz nas questões da epistemologia e na gestão, sendo que é entendido que:

[...] tentativa de construir políticas que pudessem romper com descontinuidades e assegurar aos jovens e adultos deste país acesso público, gratuito e de qualidade a oportunidades educativas sérias, que (re)compusessem trajetórias escolares, interrompidas pelo quadro crônico de fracasso da escola pública e, ao mesmo tempo, que oportunizassem formação profissional e tecnológica plena na perspectiva de uma inclusão social emancipatória.

Segundo relatado no portal da SETEC/MEC, no campo *Perguntas e Respostas sobre PROEJA*, a proposta do PROEJA corrobora que o estudante da EJA realize o curso da Educação Básica (Ensino Fundamental ou Ensino Médio) com a Educação Profissional (qualificação ou técnico), bem como, para os estudantes que terminaram o Ensino Médio para uma qualificação ou curso técnico subsequente, cursos realizados após conclusão do Ensino Médio.

De acordo o campo *Perguntas e Respostas sobre PROEJA*, a seleção para os cursos do PROEJA ocorre por meio de processo seletivo, sendo elaborado por cada instituição de ensino, não havendo uma forma única e recomendando-se que a seleção considere as especificidades do público. Quanto à carga horária,, no mínimo de 2400 h (PROEJA Técnico).

Quanto ao local da oferta, poderá ser pela Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, Redes Estaduais, Redes Municipais e Entidades privadas nacionais de serviço social, aprendizagem e formação profissional vinculadas ao sistema sindical (Sistema S).

Segundo relatado no Portal do MEC, o papel do Ministério da Educação acerca da implantação do PROEJA será:

- Prestar assistência técnica a municípios, estados, distrito federal e escolas da Rede Federal;
- Fomentar a formação de profissionais da educação para atuação em cursos PROEJA;
- Fomentar a pesquisa na área de Educação Básica integrada à Educação Profissional na modalidade de Educação de Jovens e Adultos;
- Realizar monitoramento e avaliação dos cursos PROEJA ofertados;
- Contribuir com a articulação das esferas federal, estadual e municipal na implantação de cursos PROEJA;
- Colaborar com as discussões das regulamentações de Educação Profissional articulada à Educação Básica.¹⁰

Segundo o Decreto nº 5840, 13 de julho de 2006, Documentos Base do PROEJA¹¹ na construção do projeto pedagógico integrado, os cursos podem ser oferecidos conforme abaixo:

- 1- Educação Profissional técnica integrada ao Ensino Médio na modalidade de Educação de Jovens e Adultos.
- 2- Educação Profissional técnica concomitante ao Ensino Médio na modalidade de Educação de Jovens e Adultos.
- 3- Formação inicial e continuada ou qualificação profissional integrada ao Ensino Fundamental na modalidade de Educação de Jovens e Adultos.
- 4- Formação inicial e continuada ou qualificação profissional concomitante ao Ensino Fundamental na modalidade de Educação de Jovens e Adultos.
- 5- Formação inicial e continuada ou qualificação profissional integrada ao Ensino Médio na modalidade de Educação de Jovens e Adultos.
- 6- Formação inicial e continuada ou qualificação profissional concomitante ao Ensino Médio na modalidade de Educação de Jovens e Adultos.

A proposta de integração da Educação Profissional à Educação Básica vem buscando a superação da dualidade trabalho manual e intelectual, assumindo o trabalho na sua perspectiva criadora e não alienante, especialmente para os jovens e adultos que procuram trabalho ou já estão no mercado de trabalho.

1.8. Os grupos destinatários da política de integração da Educação Profissional técnica de nível médio e o Ensino Médio na modalidade EJA

Conforme disponibilizado no Censo Escolar da Educação Básica (2013), o relatório referente às matrículas realizadas pela EJA informa que houve uma queda de 3,4% (134.207),

¹⁰Ministério da Educação. Disponível em:http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10656-perguntasrespostas-proeja&category_slug=abril-2012-pdf&Itemid=30192. Acessado em 30.11.2015.

¹¹ Ministério da Educação. Disponível em:www.portal.mec.gov.br/proeja. Acessado em 30.11.2015.

totalizando 3.772.670 matrículas. Desse total, 2.447.792 (64,9%) está no Ensino Fundamental (inclui EJA integrado à Educação Profissional e Projovem Urbano) e 1.324.878 (35,1%) no Ensino Médio (inclui EJA integrado à Educação Profissional), conforme quadro abaixo:

Tabela 2 - Número de Matrículas na Educação de Jovens e Adultos por Etapas de Ensino - Brasil - 2007 - 2013

Ano	Matrículas na Educação de Jovens e Adultos por Etapa de Ensino								
	Total Geral	Ensino Fundamental					Ensino Médio		
		Total	Anos Iniciais	Anos Finais	Integrado à Educação Profissional	Projem (Urbano)	Total	Médio	Integrado à Educação Profissional
2007	4.985.338	3.367.032	1.160.879	2.206.153	1.618.306	1.608.559	9.747
2008	4.945.424	3.295.240	1.127.077	2.164.187	3.976	...	1.650.184	1.635.245	14.939
2009	4.661.332	3.094.524	1.035.610	2.055.286	3.628	...	1.566.808	1.547.275	19.533
2010	4.287.234	2.860.230	923.197	1.922.907	14.126	...	1.427.004	1.388.852	38.152
2011	4.046.169	2.681.776	935.084	1.722.697	23.995	...	1.364.393	1.322.422	41.971
2012	3.906.877	2.561.013	870.181	1.618.587	18.622	53.623	1.345.864	1.309.871	35.993
2013	3.772.670	2.447.792	832.754	1.551.438	20.194	43.406	1.324.878	1.283.609	41.269
Δ% 2012/2013	-3,4	-4,4	-4,3	-4,1	8,4	-19,1	-1,6	-2,0	14,7

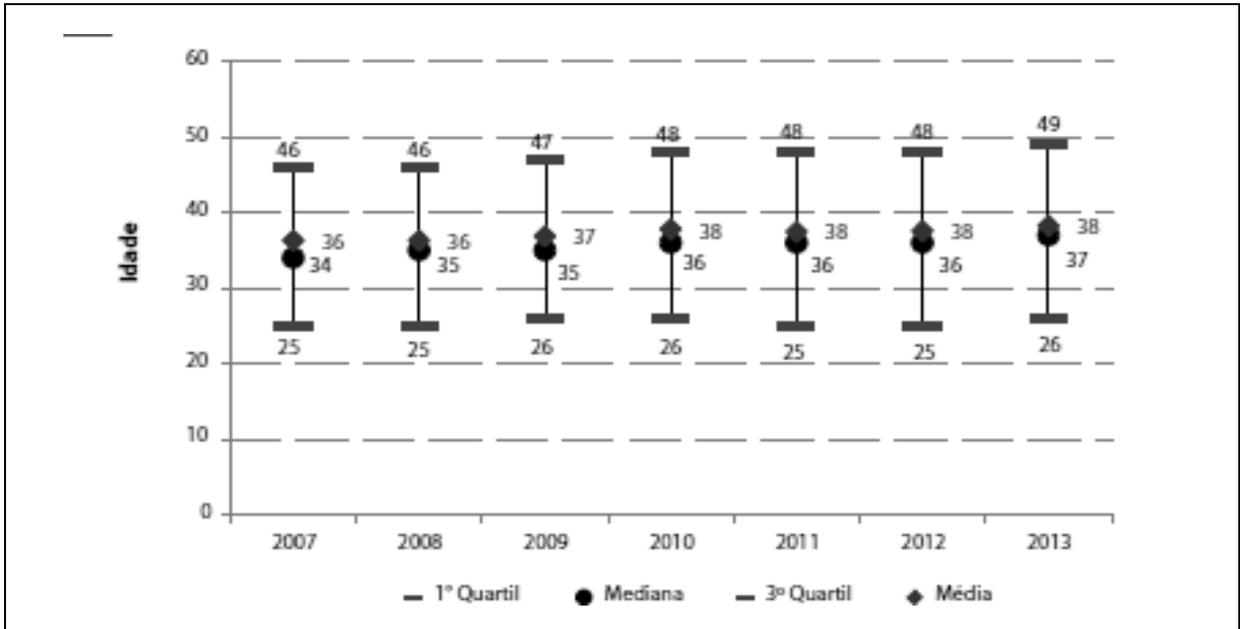
Fonte: MEC/Inep/Deep

Da análise desses dados identificou-se que, embora a EJA tenha atendido acerca de 100 mil idosos (60 anos e mais), a faixa etária de 15 a 44 anos responde por 86,1% de suas matrículas. Corroborar isso os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad)/IBGE, visto que o número de pessoas sem Ensino Fundamental completo na faixa de 15 a 44 anos – público que potencialmente pode ser atendido pela EJA - passou de 33,7 milhões em 2007 para 26,7 milhões de pessoas em 2012, representando uma queda de 20,9%.

Identificou-se na análise dessas informações que, embora tenha havido queda no número de pessoas sem Ensino Fundamental completo, os dados indicam que o atendimento de EJA tem espaço para expansão. Foi percebido que os dados do Censo podem contribuir para o diagnóstico e a proposição de políticas que possibilitem a ampliação da oferta dessa modalidade de ensino.

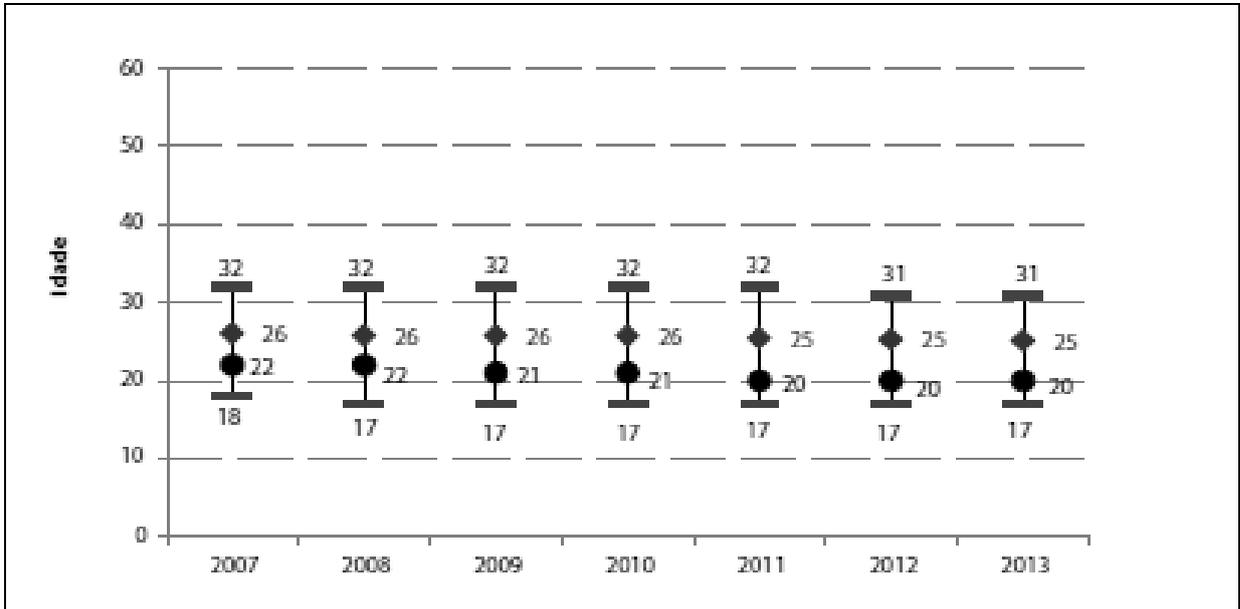
Sobre a oferta de EJA, verificou-se no resumo-técnico a mesma distribuição do ensino regular, ou seja, na rede municipal é predominante o Ensino Fundamental, e na rede estadual, o Ensino Médio. O Censo Escolar (2013) mostrou que os alunos que frequentam os anos iniciais do Ensino Fundamental da EJA têm perfil etário superior aos que frequentam os anos finais e o Ensino Médio dessa modalidade (gráfico 01, 02 e 03).

Gráfico 1 - Educação de Jovens e Adultos - Medidas de Posição da Idade dos Alunos Matriculados nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental - Brasil - 2007 – 2013



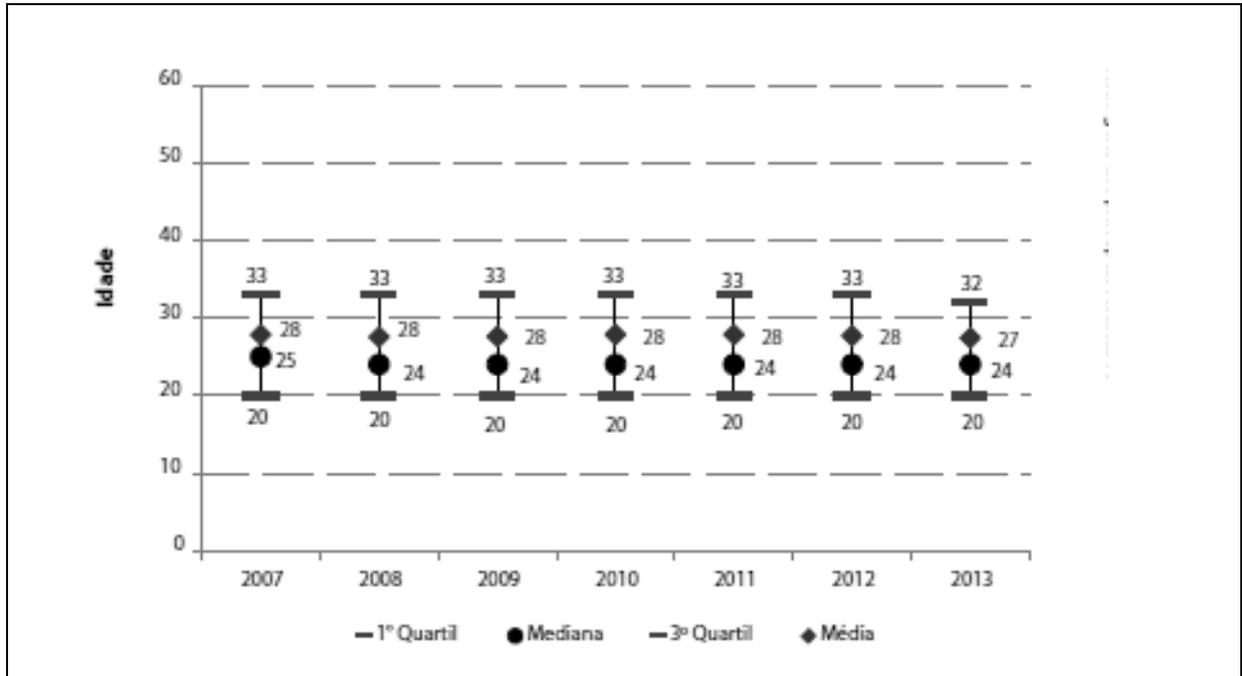
Fonte: MEC/Inep/Deed

Gráfico 2 - Educação de Jovens e Adultos – Medidas de Posição da Idade dos Alunos Matriculados nos Anos Finais do Ensino Fundamental – Brasil – 2007-2013



Fonte: MEC/Inep/Deed

Gráfico 3 - Educação de Jovens e Adultos – Medidas de Posição da Idade dos Alunos Matriculados no Ensino Médio – Brasil – 2007- 2013



Fonte: MEC/Inep/Deed

Por fim, o resumo técnico do mesmo censo sugere “(...) *que os anos iniciais não estão produzindo demanda para os anos finais do Ensino Fundamental de EJA, observando que as idades dos alunos nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio de EJA, há evidências de que essa modalidade está recebendo alunos provenientes do ensino regular, por iniciativa do aluno ou da escola.*”

Sabe-se que atualmente o governo tem buscado junto às instituições federal, estadual, municipal, bem como as instituições do terceiro setor em oferecer uma educação de qualidade para todas as pessoas, principalmente aos direcionados pela EJA quanto ao acesso à educação como um direito humano de todos.

1.9. Concepções e princípios por uma política de integração da Educação Profissional técnica de nível médio e o Ensino Médio na modalidade EJA

Sabe-se que para o desenvolvimento da nação, do trabalho e da geração de renda, o papel da educação se faz importante, bem como um conjunto de ações realizadas de outras áreas se complementando para o seu devido fim. A educação desempenhou e desempenha um papel estratégico para o desenvolvimento do país em todos os aspectos.

Atualmente as ações governamentais por meio das políticas públicas têm desenvolvido ações e programas no período de curto prazo através da política de inserção, sendo ações de

caráter imediato. Já as ações projetadas a médio e longo prazo são conhecidas como políticas de integração, benefício do acesso à Educação Básica ao nível médio.

O Documento Base do PROEJA publicado em agosto de 2007, analisa e sugere a construção de um projeto de desenvolvimento nacional auto-sustentável que busque articular por meio das políticas públicas direcionado ao trabalho, educação, emprego e renda, ciência e tecnologia, meio ambiente, cultura, entre outros. O documento ainda discorre sobre o PROEJA como uma ação de nível tático e estratégico, voltado para a Educação Profissional tecnológica com o compromisso de formação autônoma e intelectual, ética, política e humana.

A ideia é a difusão de uma política pública voltada para a Educação Profissional e tecnológica, com um padrão de qualidade, pública, gratuita, de igualdade para todos e universal para os jovens e adultos que de alguma forma foram excluídos, esquecidos pelo sistema educacional e social, bem como pela exclusão do acesso a faixa etária regular de ensino. Finalmente o Documento Base da PROEJA (2007) ressalta a importância de uma política educacional ao público de EJA por meio do Ensino Médio integrado à Educação Profissional técnica de nível médio.

O PROEJA parte de uma concepção de atuar em uma perspectiva de integração entre trabalho, ciência, técnica, tecnologia, humanismo e cultural geral, podendo contribuir com engrandecimento científico, cultural, político e profissional dos estudantes. Por fim, o Documento supracitado entende que é essencial à implantação da política uma consolidada formação continuada dos docentes bem como dos discentes, em processo de aprendizado a vida toda.

O Documento Base do PROEJA (2007, p.37,38) apresenta os 06 (seis) princípios que sustentam todo o programa, quais sejam:

- O primeiro princípio destaca-se sobre o papel e compromisso das Instituições públicas participantes dos sistemas educacionais, na qual atua no processo de inclusão da população em suas ofertas educacionais. Por exemplo, no caso dos jovens e adultos que não conseguiram concluir a Educação Básica no tempo previsto, assim produzindo a exclusão dentro do sistema educacional;
- O segundo princípio atua na inserção orgânica da modalidade EJA integrada à Educação Profissional nos sistemas educacionais públicos, assegurando o acesso ao nível fundamental, alargando a oportunidade do acesso a Educação Básica por meio da Educação Infantil até a conclusão do Ensino Médio;
- O terceiro princípio busca a concepção da formação humana, por um período a longo prazo, na consolidação em saberes, na produção humana, na linguagens e nas formas de expressão e transformação do mundo, por meio da universalização do Ensino Médio;

- Referente ao quarto princípio, busca-se o lado educativo, por meio da conexão entre a escola, com a expectativa do mercado de trabalho em relação a ocupação profissional;
- Quanto ao quinto o Documento Base do PROEJA, relata-se sobre o direcionamento da pesquisa pelo fundamento da formação do sujeito contemplado, produzindo conhecimentos e avançando na compreensão e construção da autonomia intelectual dos sujeitos conhecidos com educandos e
- Por último, o sexto princípio, trata-se sobre as condições de gênero, das relações étnico-raciais na formação humana, que produzem as identidades sociais.

1.10. A Organização da EJA no Distrito Federal

Segundo a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, a EJA neste ente federado é ofertada por meio de cursos presenciais e a distância. A idade mínima para ingresso na EJA é de 15 anos para o Ensino Fundamental e 18 anos para o Ensino Médio.

Há exames oficiais de certificação – ENCCEJA (Ensino Fundamental) e ENEM (Ensino Médio), ambos ofertados pelo Ministério da Educação.

1.11. EJA Presencial

O curso presencial está organizado da seguinte forma:

- ✓ No 1º segmento relacionado ao Ensino Fundamental aos Anos Iniciais, sua duração é de quatro semestres, com carga horária de 1.600 (mil e seiscentas) horas;
- ✓ Para o 2º segmento do Ensino Fundamental aos Anos Finais, sua duração de quatro semestres, com carga horária de 1.600 (mil e seiscentas) horas;
- ✓ E por fim, para 3º segmento/ Ensino Médio, sua duração de três semestres, com carga horária de 1.200 (mil e duzentas) horas.

- **Procedimentos para a matrícula na EJA presencial**

- ✓ 1º passo: inscrição pelo 156 (telematrícula) nos períodos estabelecidos semestralmente. O estudante poderá concorrer a vaga em 2 escolas de Educação de Jovens e Adultos de sua escolha. No momento da ligação, deverá ser informado o nome completo, endereço residencial ou do local de trabalho com o CEP;
- ✓ 2º passo: divulgação da listagem dos inscritos pela Telematrícula, feita no sítio da Secretaria de Educação, nas CREs e nas escolas que ofertam EJA;

- ✓ 3º passo: Efetivação da matrícula na escola em que o estudante conseguiu a vaga. Após o período de matrícula, as vagas remanescentes serão disponibilizadas nas secretarias das escolas.

1.12. A EJA na modalidade a distância

É ofertada pelo Centro de Estudos Supletivos Asa Sul – CESAS no 2º segmento/ para o Ensino Fundamental – Anos Finais e para o 3º segmento/Ensino Médio e está assim organizada:

- ✓ Ensino Fundamental – Anos Finais: duração de quatro semestres, com carga horária de 1.640 (mil seiscentas e quarenta) horas.
- ✓ Ensino Médio: duração de três semestres, com carga horária de 1.275 (mil duzentas e setenta e cinco) horas.

A Secretaria informa que EJA/EaD é desenvolvida pela internet, no Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA e-Eproinfo, desenvolvido pelo MEC. A metodologia adotada nos cursos a distância favorece a construção da autonomia do estudante e sua inserção na sociedade informatizada. O aluno conta com o acompanhamento de professores tutores, por meio do AVA e, presencialmente, nos plantões de atendimento no CESAS¹².

- **Procedimentos para a matrícula na Educação de Jovens e Adultos a Distância**

A matrícula é feita presencialmente na secretaria do CESAS, nos períodos divulgados no sítio da Secretaria de Educação e no blog da EJA/EaD ou nos contatos das escolas que ofertam a Educação de Jovens e Adultos em forma presencial e a distância.

- **Exames de certificação**

O Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos – ENCCEJA e o Exame Nacional de Ensino Médio – ENEM certificam o Ensino Fundamental e o Ensino Médio respectivamente. As Instituições de Ensino – IEs credenciadas para certificar estão distribuídas nas 14 Coordenações Regionais de Ensino e podem ser conferidas, de acordo com o ano de realização, nas seguintes portarias:

- ✓ ENCCEJA 2007: Portaria nº 40 publicada no DODF de 08/02/2007
- ✓ ENCCEJA 2007: Portaria nº 82 publicada no DODF 22/05/2008.
- ✓ ENCCEJA 2008: Portaria nº 133 publicada no DODF de 03/04/2009

¹² A instituição localiza-se na L2 Sul, SGAS 602 Projeção D.

- ✓ A Educação de Jovens e Adultos e a Legislação
- ✓ Emenda Constitucional nº 59, de 11/11/2009
- ✓ Fórum EJA/DF: LDB
- ✓ Fórum EJA/DF: Lei Orgânica do DF.

Segundo Palloff e Pratt (2002) a Educação a Distância se refere ao oferecimento de recursos para a aprendizagem de alunos remotos e envolve tanto o ensino a distância (o papel do professor no processo) quanto a aprendizagem a distância (o papel do estudante).

Discorre ainda os autores (Palloff e Pratt 2002, p.27), que existem os seguintes elementos que caracterizam o processo educacional a distância:

- a separação do professor e do aluno durante, pelo menos, a maior parte de cada processo de instrução;
- o uso de mídia educacional para unir professor e aluno para transmitir o conteúdo do curso;
- o oferecimento de uma via dupla de comunicação entre o professor tutor ou agente educacional e o aluno;
- a separação do professor e do aluno no tempo e no espaço;
- o controle volitivo da aprendizagem com o estudante, em vez de com o professor.

De acordo com os autores Becker apud Menegotto (2006 p.45) é entendido que a aprendizagem do aluno só acontece na medida em que este age sobre os conteúdos específicos e na medida em que possui estruturas próprias, previamente construídas ou em construção.

Quanto a autonomia durante o processo educacional a distância, destaca-se por (MENEGOTTO, 2006, p. 22) que busca auxiliar na ênfase da necessidade de tal habilidade, conforme analisado abaixo:

O processo de aprendizagem on line requer que os sujeitos envolvidos desenvolvam a habilidade de articulação das informações, relacionando-as com o mundo em que estão inseridos, podendo aplicá-las em busca de soluções para os problemas do seu dia a dia, requerendo maior autonomia do sujeito que aprende.

Referente a Educação a Distância, é essencial que docente e discente estejam em espaços físicos diferentes e haja um meio para sua interação. Diante disso, faz-se necessário cria-se uma metodologia onde conteúdos são trabalhados e deve possuir um espaço de compartilhamento entre o docente e o aluno como também entre aluno-aluno.

Segundo o PARECER CNE/CEB Nº: 23/2008/MEC, apresenta a Educação a Distância como forma de oferta da Educação de Jovens e Adultos Ao analisar a relação estabelecida entre a Educação de Jovens e Adultos e a Educação a Distância, do mesmo modo que nas análises anteriores, cabe verificar o posicionamento do consultor, expresso no documento-produto da consultoria, primeiro, verificando a duração prevista para os cursos de EJA desenvolvidos na modalidade a distância:

De acordo com o Decreto nº 5.622/2005, dispondo regulamentação sobre a Educação a Distância, também contemplou a EJA e permite sua oferta, nos termos do art. 37 da LDB. Seu art. 31 diz:

Artigo 31 Os cursos a distância para a Educação Básica de jovens e adultos que foram autorizados excepcionalmente com duração inferior a dois anos no Ensino Fundamental e um ano e meio no Ensino Médio deverão inscrever seus alunos em exames de certificação, para fins de conclusão do respectivo nível de ensino.

O Capítulo III cujo título é Da Oferta de Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial e Educação Profissional na Modalidade a Distância, na Educação Básica. O artigo abaixo especificado apresenta: *Art. 18 Os cursos e programas de Educação a Distância criados somente poderão ser implementados para oferta após autorização dos órgãos competentes dos respectivos sistemas de ensino.*

Quanto ao art. 19 do Decreto diz: *Art. 19 A matrícula em cursos a distância para Educação Básica de jovens e adultos poderá ser feita independentemente de escolarização anterior, obedecida a idade mínima e mediante avaliação do educando, que permita sua inscrição na etapa adequada, conforme normas do respectivo sistema de ensino.*

1.13. O PROEJA no DF

Sobre o PROEJA no DF, segundo a orientação política do Governo do Distrito Federal, no período de 2007 a 2009, houve a separação duas modalidades de ensino à Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional. Assim, houve a sua concretização 14 de setembro de 2007 por meio do publicado o Decreto n.º 28.276/2007, que dispõe sobre transferência de entidades escolares para a Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia do Distrito Federal (SDCT/DF), conforme abaixo:

Art. 1.º Ficam a Diretoria de Educação Profissional e os Centros de Educação Profissional Centro de Educação Profissional de Brasília, de Ceilândia e o de Saúde, unidades integrantes da estrutura da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, transferidos para a estrutura orgânica da Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia do Distrito Federal, vinculados à Subsecretaria de Projetos Especiais e Ensino Superior.

Assim, o PROEJA DF, em março de 2009, através do Centro de Educação Profissional de Ceilândia, Distrito Federal, iniciou-se a oferta de dois cursos técnicos, sendo o curso técnico em Informática e o técnico em Administração.

2. METODOLOGIA

2.1. Abordagem Teórica

A pesquisa, de caráter qualitativo, segundo Esteban (2010, p.127), busca uma atividade sistemática orientada à compreensão em profundidade de fenômenos educativos e sociais, à transformação de práticas e cenários socioeducativos, à tomada de decisões e também ao descobrimento e desenvolvimento de um corpo organizado de conhecimentos.

A abordagem qualitativa parte da pressuposição de que há uma interação ativa entre o mundo real e o sujeito da pesquisa, uma interligação intensa entre o sujeito e o objeto, uma conexão indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito (CHIZZOTTI, 1995).

A abordagem qualitativa de um problema, além de ser uma opção do investigador pode estar, justifica-se, sobretudo, por ser uma forma adequada para entender a natureza de um fenômeno social. Tanto assim é que existem problemas que podem ser investigados por meio de metodologia quantitativa, e há outros que existem diferentes enfoques e, conseqüentemente, uma metodologia de conotação qualitativa (RICHARDSON, 2009, p.79).

Optou-se pela pesquisa-intervenção, com a realização da produção do conhecimento, de modo a compreender os valores e seus devidos significados. Segundo (FLICK, 2004, p. 22) *“as subjetividades do pesquisador e daqueles que estão sendo estudados são parte do processo de pesquisa”*. Moreira (2008 p.02) destaca dois princípios norteadores da pesquisa intervenção: *a) A consideração das realidades sociais e cotidianas e b) O compromisso ético e político da produção de práticas inovadoras.*

Besset (2008, p. 12) assevera que “[...] a partir do momento em que o pesquisador entra no contexto onde se dá a pesquisa, suas perguntas e propostas já constituem uma intervenção”.

Portanto, a proposta de intervenção será consolidada conforme os objetivos específicos relacionados com 1) a articulação de um debate sobre a EJA como um direito humano; 2) a discussão acerca da EJA na modalidade a distância: dificuldades e potencialidades desta modalidade de ensino e 3) a reflexão sobre o mercado de trabalho e os seus desafios atuais.

Ainda sobre a pesquisa-intervenção, Sato (2008, p.171) alerta para alguns cuidados sobre este tipo de investigação:

[...] estar aberta às particularidades do contexto, em termos econômicos, culturais e psicossociais: a dimensão cultural e a singularidade das trajetórias das instituições e organizações coletivas estão fortemente presentes. Entende-se ainda que a forma de aproximação dos “pesquisadores profissionais” com o coletivo e o trabalho realizado

deixam entrever que o processo de desenvolvimento da “pesquisa-intervenção” é o resultado de um processo de negociação entre os envolvidos e que depende das circunstâncias presentes.

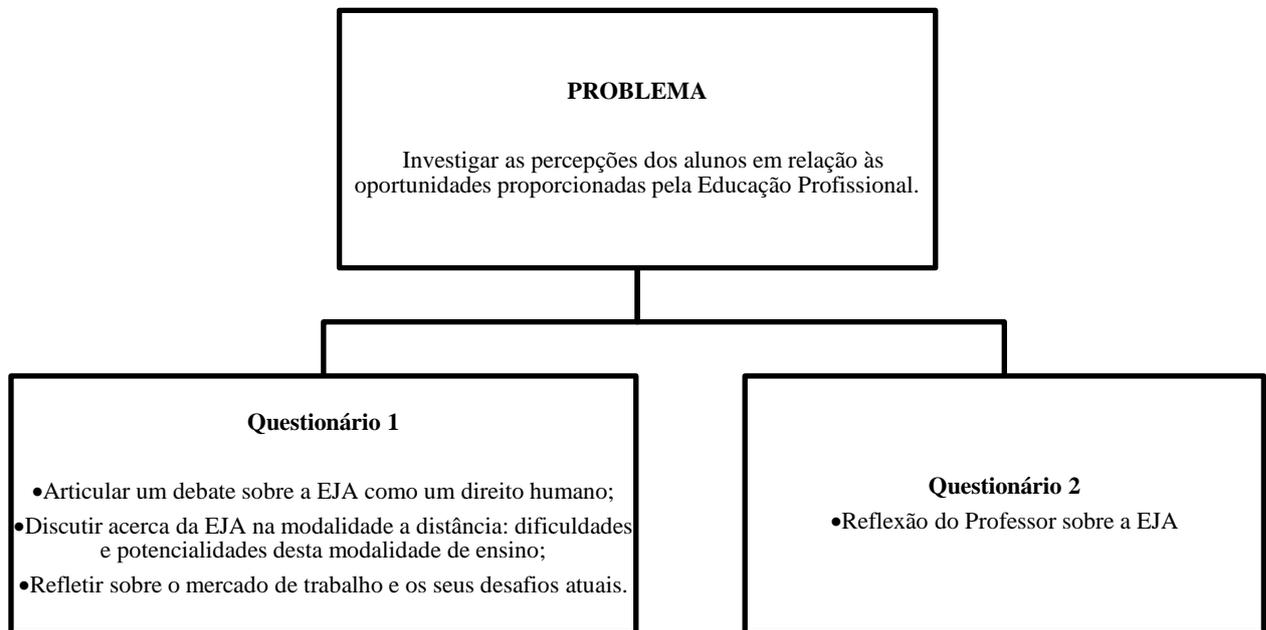
A pesquisa intervenção pode seguir algumas etapas, conforme o exemplo a seguir:

Tabela 3 - Estrutura da pesquisa intervenção

Característica da Pesquisa-intervenção	Aplicação da intervenção na pesquisa
1ª Acontecerá de acordo com o contexto pesquisado	Escola Técnica de Ceilândia
2ª Da apresentação do tema aos participantes e busca de contribuições da discussão	Inserção no cotidiano da instituição escolar
3ª O pesquisador atuará como mediador que articulará, organizará encontros, sistematizando as vozes e os saberes produzidos pelos sujeitos envolvidos na pesquisa, agindo num processo de escuta	Observação, entrevista e aplicação de questionário no grupo de estudantes e análise dos resultados,
4ª Interação entre o pesquisador e os sujeitos envolvidos da pesquisa	Observação e participação, entrevista e grupo de estudantes e participação e observação no Fórum EJA
5ª As experiências cotidianas e práticas do coletivo, sistematizadas, permitem descobertas e elaborações teórico metodológicas.	Reflexão sobre a educação formal, a profissão, o mercado de trabalho e os desafios atuais e futuros.

Fonte: Elaboração adaptada com o artigo CONTRIBUIÇÕES DA PESQUISA INTERVENÇÃO NA CONSTRUÇÃO DE UM PROJETO EDUCATIVO NO MUSEU DE ARTE: PENSANDO A MEDIAÇÃO CULTURAL PARA A PEQUENA INFÂNCIA.

Tabela 4 - Estrutura do Questionário



Fonte: Elaboração própria, 2015

2.2. Procedimentos e Instrumentos

A fim de colher todas as informações, foi realizada a aplicação de **questionário**, de acordo com os objetivos específicos indicados acima.

A **observação** foi realizada na sala de aula, com vistas a mapear as dificuldades e potencialidades apontadas pelos alunos do curso Técnico em Administração em relação aos objetivos geral e específicos do trabalho. A proposta será desenvolvida com a participação direta dos estudantes, com os professores e equipe pedagógica, de forma a proporcionar reflexões sobre a EJA e a qualificação profissional no dia a dia do cursista.

De acordo com Cervo & Bervian (2002, p. 27), “observar é aplicar atentamente os sentidos físicos a um amplo objeto, para dele adquirir um conhecimento claro e preciso”. Para esses autores, a observação é vital para o estudo da realidade e de suas leis. Sem ela, o estudo seria reduzido a “[...] à simples conjectura e simples adivinhação”.

Outro momento fundamental de observação foi empreendido durante o XXIV Encontro Distrital da EJA/IT, realizado pelo Grupo de Trabalho Pró - Alfabetização do Distrito Federal e o Fórum de Educação de Jovens e Adultos do Distrito Federal (GTPA-

Fórum EJA/DF). O encontro teve como tema: “Propostas e Desafios – Por uma Educação de Pessoas Jovens, Adultas e Idosas Trabalhadoras”.

Também foi realizada uma **Roda de Conversa** com os alunos e o professor do curso Técnico em Administração na modalidade a distância – PROEJA para conhecer o perfil dos alunos, suas expectativas relativas ao curso e suas projeção para o futuro após a conclusão do curso. Segundo Marconi & Lakatos (1996) na observação participante, o observador envolve-se com o grupo, transformando-se em um dos seus membros. Ele passa a fazer parte do objeto de pesquisa.

De forma sintética, foram realizadas os procedimentos que se seguem:

Observação da aula na sala: buscando conhecer o sujeito da EJA, como eram realizadas as aulas presenciais de um curso Técnico em Administração na modalidade a distancia.

Observação do Fórum do EJA: participação no XXIII Encontro de Educação de Jovens, Adultos e Idosos Trabalhadores (EJAIT) do DF, afim de conhecer o Balanço da EJAIT no DF: Avanços e Desafios

Aplicação de Questionário para alunos e professor envolvidos: participação de alunos e professores por meio da aplicação do questionário anexo I para alunos e anexo II para o professor.

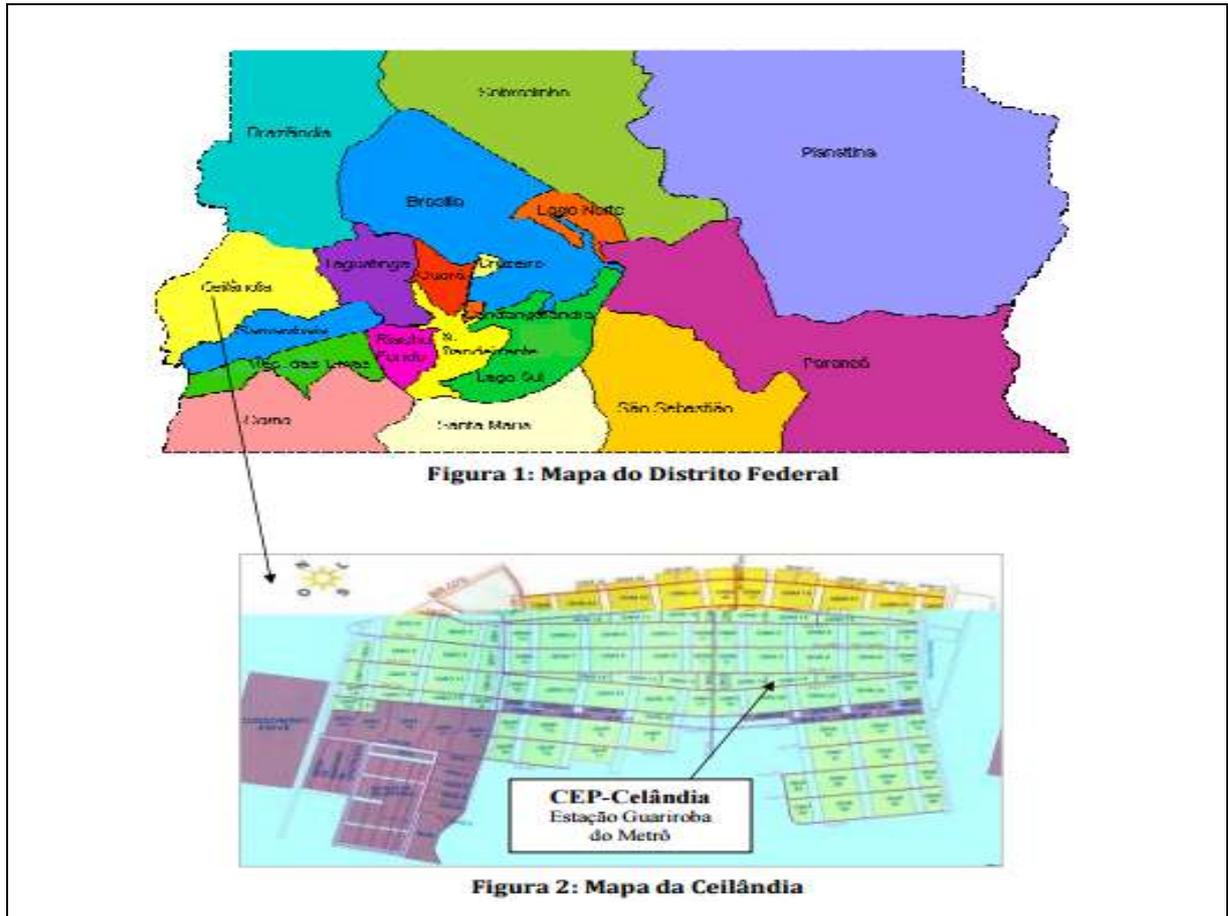
2.3. Instrumentos e Materiais

Para a realização do instrumento de levantamento de dados da pesquisa, foi necessária a utilização de máquina fotográfica para registro das atividades, impressos para a aplicação de questionários, confecção de diário de campo e roteiros de análise de documentos.

2.4. Local/Cenário da Pesquisa do CEP

A pesquisa foi realizada na Instituição: Escola Técnica de Ceilândia – ECT, atualmente CEP. Endereço: QNN 14, Área Especial, Guariroba – Ceilândia – Distrito Federal. Instituição de Educação Profissional, com abrangência local, no 1º, 2º e 3º segmentos – Curso Técnico em Administração na modalidade a distância – PROEJA.

Figura 1- Mapa de Localização do CEP



Fonte: Portal da ETC. Disponível em <<http://www.cepceilandia.df.gov.br/images/propostapedagogica.pdf>> Acessado em 05.out.2015.

O Público ao qual se destina: Estudantes Jovens e Adultos do Ensino Médio – Educação Profissional que cursam a EJA dos cursos técnicos em Administração e Informática nas modalidades presencial e a distância pelo programa PROEJA, no período de execução: Duração: 02 anos.

Do Ambiente Institucional do CEP

O portal da instituição apresenta seu histórico e sua fundação, que foi inaugurada em 21 de maio de 1982 com o nome de CET (Centro de Educação para o Trabalho). Em 17 de dezembro de 2000, com a inauguração de um novo prédio, teve a ampliação de sua área construída de 4.100m² para 8.166m². **Em 18 de julho de 2002, passou a ser um Centro de Educação Profissional (CEP)** e começou também a oferecer Cursos Técnicos. Possui, como amparo legal:

- ✓ Decreto nº 28.276, de 14 de setembro de 2007: dispõe sobre a transferência de entidades escolares para a Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia;

- ✓ Decreto nº 30.695, de 13 de agosto de 2009: altera a denominação das entidades escolares da Secretaria de Estado e Tecnologia do Distrito Federal;
- ✓ Decreto nº 31.788, de 10 de junho de 2010: dispõe sobre a transferência de Instituições educacionais profissionalizantes para a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal; cria e extingue cargos em comissão e funções gratificadas sem aumento de despesas e dá outras providências;
- ✓ Decreto nº 32.342, de 19 de outubro de 2010: altera a estrutura administrativa da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal e dá outras providências.

- **Da Missão do CEP**

Segundo disponibilizado no Portal da Escola Técnica de Ceilândia (ETC), sua missão é contribuir para o desenvolvimento da população do Distrito Federal e Entorno, proporcionando formação profissional na dimensão da humanização do processo produtivo, visando a inserção cidadã no mercado de trabalho, ofertando cursos de Educação Profissional nos Níveis Básico e Técnico, globalizando aspectos pertinentes ao mundo do trabalho, que flexibilizam os caminhos da inserção social através da produção de bens e serviços.

- **Das Atividades Voltadas ao atendimento à Comunidade do CEP**

- ✓ Funcionamento da Biblioteca Cora Coralina, cujo acervo possui mais de 15 mil livros, atendendo à comunidade nos três turnos;
- ✓ Venda de produtos e prestação de serviços à comunidade de Ceilândia e entorno principalmente nos cursos das áreas de: Vestuário, Beleza, Veículos e Móveis;
- ✓ Utilização do espaço físico interno da escola para realização de eventos-sócio-culturais como formaturas; palestras; seminários; etc.

- **Da Estrutura Física da Instituição do CEP**

De acordo com o portal da instituição, o local possui área construída de 6100 m² organizada em módulos com arquitetura flexível e dividida em três áreas: administração geral, biblioteca e salão de múltiplas funções, além de outros ambientes da Escola:

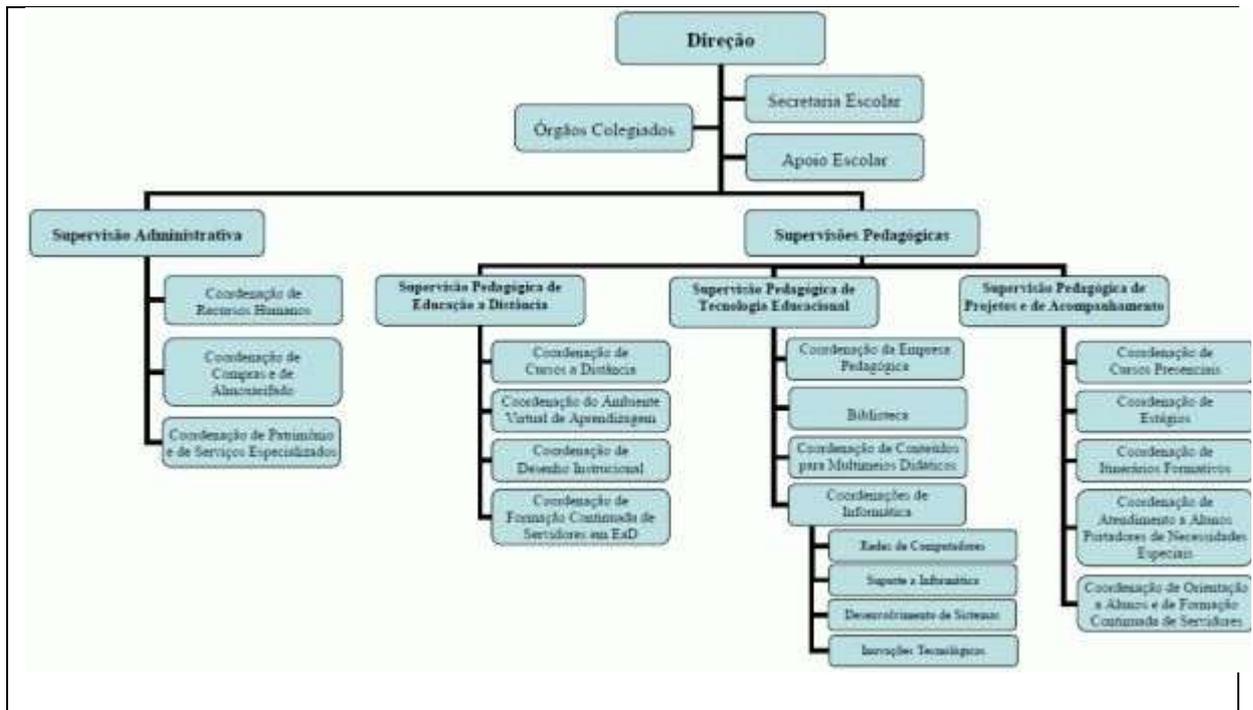
- ✓ 02 Almoxarifados Centrais;
- ✓ 07 Salas Convencionais;
- ✓ 13 banheiros;
- ✓ 14 Laboratórios de Informática;
- ✓ Ala de Direção/Administrativa e Pedagógica;
- ✓ Auditório para 188 pessoas;
- ✓ Biblioteca com acervo de mais de 15.000 livros;

- ✓ Cozinha;
- ✓ Espaço para Administração da Empresa Pedagógica;
- ✓ Instalador de Som e Alarmes;
- ✓ Laboratório para Comunicado Escolar;
- ✓ Oficina Pedagógica de Costura Industrial Básica;
- ✓ Oficina Pedagógica de Elétrica de Autos;
- ✓ Oficina Pedagógica de Eletricidade Residencial;
- ✓ Oficina Pedagógica de Impressor Serígrafo / Corel Draw;
- ✓ Oficina Pedagógica de Marcenaria;
- ✓ Oficina Pedagógica de Mecânica de Autos;
- ✓ Oficina Pedagógica de Salgadeira;
- ✓ Oficina/Laboratório de Injeção Eletrônica de Autos;
- ✓ Salão-Escola de Cabeleireiro;
- ✓ Salão-Escola de Manicuro/Pedicuro/Depilação;
- ✓ Secretaria Escolar;
- ✓ Teatro de Arena para 100 pessoas.

- **Do Organograma do CEP**

De acordo com o portal da instituição, a área pedagógica é contemplada em três vertentes e conta com uma estrutura que permite a dinamização do trabalho também de maneira horizontal, em que diversas áreas podem articular-se em projetos e colegiados.

Gráfico 4 - Organograma do CEP



Fonte: Portal do CEP. Disponível em < <http://www.cepceilandia.df.gov.br/sobre-a-secretaria/organograma.html>.> Acessado em 05 out.2015.

Referente do Regimento Interno da CEP, apresenta o seu regimento escolar abaixo:

O Regimento Escolar, em seu Capítulo III, diz que:

Art. 12 – A Educação Profissional técnica de nível médio, com organização curricular própria, destina-se a proporcionar habilitação profissional.

Art. 13 – São princípios norteadores da Educação Profissional de nível técnico, além dos enunciados nas Diretrizes e Bases da Educação Nacional, mais os seguintes:

- I. independência e articulação com o Ensino Médio;
- II. respeito aos valores estéticos, políticos e éticos;
- III. desenvolvimento de competências para a laborabilidade;
- IV. flexibilidade, interdisciplinaridade e contextualização;
- V. identidade dos perfis profissionais de conclusão de curso;
- VI. atualização permanente dos cursos e currículos;
- VII. autonomia da escola em sua Proposta Pedagógica.

Art. 14 – Entende-se por competência profissional a capacidade de mobilizar, articular e colocar em ação valores, conhecimentos e habilidades necessários para o desempenho eficiente e eficaz de atividades requeridas pela natureza do trabalho. Parágrafo único – As competências requeridas pela Educação Profissional técnica de nível médio, considerada a natureza do trabalho, são as:

- I. competências básicas, constituídas no Ensino Fundamental e médio;
- II. competências profissionais gerais, comuns aos técnicos de cada área;
- III. competências profissionais específicas de cada qualificação ou habilitação.

Art. 15 – A Educação Profissional técnica de nível médio oferecida no CEP Ceilândia é desenvolvida nas seguintes formas:

- I. concomitante, oferecida a quem ingresse no Ensino Médio ou já o esteja cursando em outra instituição educacional, efetuando-se matrícula distinta para o curso técnico;
 - II. subsequente, em cursos destinados a quem já tenha concluído o Ensino Médio.
- Parágrafo único – A Educação Profissional técnica de nível médio deve observar:
- I. os objetivos e definições contidos nas diretrizes curriculares nacionais estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE);
 - II. as normas complementares do Sistema de Ensino do Distrito Federal;
 - III. as exigências desta instituição educacional, definidas em sua Proposta Pedagógica;
 - IV. a organização curricular por áreas profissionais, em função da estrutura sócio-ocupacional e tecnológica;
 - V. a articulação dos esforços das áreas da educação, do trabalho e emprego, e da ciência e tecnologia.

Art. 16 – Os cursos de Educação Profissional técnica oferecidos por esta instituição educacional podem ser organizados em cooperação com instituições públicas de Ensino Médio a fim de proporcionar, na forma articulada concomitante, habilitação profissional ao educando que concluir o Ensino Médio.

Art. 17 – A Educação a Distância (EaD) é a modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos.

§ 1º – A Educação a Distância organiza-se segundo metodologia, gestão e avaliação específicas, para as quais deverá estar prevista a obrigatoriedade de momentos presenciais para:

- I. avaliações de estudantes;
- II. estágios obrigatórios, quando previstos na legislação pertinente ou no Plano de Curso;
- III. defesa de trabalhos de conclusão de curso, quando previstos na legislação pertinente ou no Plano de Curso;
- IV. atividades relacionadas a laboratórios de ensino, quando previstos no Plano de Curso.

§ 2º – A obrigatoriedade de momentos presenciais referida no § 1º abrange, na Educação Profissional, os seguintes cursos e programas:

- I. técnicos de nível médio;
- II. tecnológicos de nível superior.

Art. 18 – A criação, organização, oferta e desenvolvimento de cursos e programas a distância devem observar para os respectivos níveis e modalidades da nacional:

- I. a legislação em vigor;
- II. as regulamentações do Sistema de Ensino do Distrito Federal; e
- III. as normas definidas neste Regimento.

Art. 19 – Compete ao Ministério da Educação (MEC) promover os atos de credenciamento desta instituição educacional para oferta de cursos e programas a distância para educação superior, conforme a legislação vigente.

- **Da Proposta Pedagógica do CEP**

Conforme disponível no portal da ETC, a Proposta Pedagógica reflete no fortalecimento das ações relativas à expansão, diversificação e atualização dos cursos oferecidos pela ETC, de modo na atenção especial na inclusão e qualificação dos alunos e ao aperfeiçoamento do corpo docente, técnico e gestor. A proposta é composta através de bases do planejamento de ações que garantam eficiente e eficazmente a função social deste Centro de Educação Profissional, que é integrar educação/trabalho, ciência/tecnologia e escola/sociedade de forma a potencializar as aptidões para a vida profissional dos envolvidos.

- **Do Processo Classificatório dos Cursos Técnicos do CEP**

O Processo Classificatório dos cursos técnicos da Escola Técnica de Ceilândia ocorre todos os anos, em cada semestre. As etapas deste processo são:

- ✓ Divulgação no site e em murais da escola, cartazes, em mídias;
- ✓ Inscrições na secretaria da escola para concorrer ao sorteio de vagas, conforme edital;
- ✓ Palestra informativa sobre o curso e sorteio das vagas;
- ✓ Matrículas conforme classificação via sorteio.

Tabela 5 – Apresentação do Cronograma dos Cursos Técnicos

Técnico em Administração		Técnico em Informática	
Módulo/ Semestre	Qualificação Profissional	Módulo/ Semestre	Qualificação Profissional
I	Auxiliar de escritório	I	Operador de micro
II	Auxiliar de departamento de vendas	II	Auxiliar de montagem e configuração
III	Auxiliar de departamento financeiro	III	Auxiliar de rede de computadores
IV	Técnico em Administração	IV	Técnico em Informática

Fonte: Portal da ETC. Disponível em: <<http://www.cepceilandia.df.gov.br/menu-de-teste/tecnicos-a-distancia.html>>. Acessado em 05. out.2015.

2.5. Participantes da pesquisa

Para atender ao objetivo geral da pesquisa, qual seja: Investigar as percepções dos alunos em relação às oportunidades proporcionadas pela Educação Profissional, os participantes selecionados para a realização da pesquisa foram 13 alunos e 1 professor do CEP Ceilândia do curso técnico em administração na modalidade a distância pelo PROEJA. O professor ministra aulas de Auxiliar de Departamento Financeiro.

A escolha da turma se deu pelo fato da classe enquadrar-se no Proeja, ser presencial e pela disponibilidade dos envolvidos em participar da pesquisa.

O período de realização da pesquisa será no mês de outubro de 2015.

2.6. Procedimentos de Análise de Dados

Para a análise de dados será necessária a utilização das etapas elaboradas a partir dos objetivos específicos e devidos pontos observados durante a coleta de dados.

- Articular um debate sobre a EJA como um direito humano: para essa etapa foi utilizada o método de observação na sala de aula, onde os alunos estavam interagindo com o professor sobre as questões de matemática.
- Discutir acerca da EJA na modalidade a distância: dificuldades e potencialidades desta modalidade de ensino. Nessa etapa tiremos 02(dois) momentos, o primeiro com a minha participação como observador no Fórum de Educação de Jovens e Adultos e a segunda com a aplicação de questionário aos alunos do curso EJA e ao professor, que estava presente.
- Refletir sobre o mercado de trabalho e os seus desafios atuais: Aplicação de questionário aos alunos e professor., e o registro das informações

Em relação à análise dos dados, houve a participação de 13 alunos representados por “Participantes 01 a 13”, para preservar sua identidade verdadeira, com a representação por meio de P1 a P13. No caso do Professor, foi mantida a denominação.

Acerca da análise dos dados, por meio de seu resultado, houve uma interação acerca das repostas do questionário, juntamente com as observações no Fórum da EJA e entre alunos e professor. Ou seja, a análise integrou as observações e respostas colhidas em todos os procedimentos e instrumentos.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Etapas das Atividades Desenvolvidas

Para alcançar os objetivos da pesquisa de intervenção, se faz necessária formatação de um cronograma de atividades de acompanhamento das atividades realizadas ao longo de 4(quatro) etapas realizadas nessa pesquisa, Etapa 01 – Observação em Sala de Aula por meio da Roda de Conversa, Etapa 02 – Participação e Observação no Fórum EJA, Etapa 03 – Aplicação do questionário e participação observação e Etapa 04 – Reflexão do Professor sobre a EJA.

Como explicado anteriormente, os alunos participantes são do curso Técnico em Administração na modalidade a distância pelo PROEJA, na disciplina de Auxiliar de Departamento Financeiro do módulo III. O curso é dividido em 04 (quatro) semestres, com 04 módulos, sendo I - Auxiliar de escritório, II Auxiliar de Departamento de Vendas, III Auxiliar de Departamento Financeiro e IV - Técnico em Administração. O candidato tem que ter concluído o Ensino Fundamental ou equivalente e ter a idade mínima de 18 anos. Quanto ao curso, se desenvolve no ambiente virtual e cada disciplina oferece 10% de sua carga-horária presencialmente. Sendo que os encontros presenciais acontecem no CEP durante a semana a noite e a 2ª chamada das avaliações acontecem aos sábados de manhã, conforme cronograma previamente definido pela instituição.

O número de alunos matriculados no curso é de aproximadamente 50 alunos, conforme relatados pelo Professor. Nos dias da realização dos procedimentos da pesquisa, não foi possível contar com a participação de todos os educandos, como relatado por alguns deles. Uma das dificuldades encontradas em relação ao encontro presencial é o deslocamento – residência x escola x residência - por motivo de residirem longe da escola.

3.1. Etapa 01 – Observação em Sala de Aula – Roda de Conversa

Dia: 03 de outubro (Sexta-Feira)

Foi realizado o acompanhamento na sala de aula do curso Técnico em Administração na modalidade a distância – PROEJA - módulo III - disciplina de Auxiliar de Departamento Financeiro. Como pesquisador observador, fui recepcionada pelo Professor responsável pela disciplina, que me apresentou para os educandos.

Durante o tempo em que me encontrei em sala, observava aos alunos quanto às suas dúvidas acerca da disciplina, uma vez que o curso é realizado na modalidade a distância e aquele momento era o dia do encontro presencial. Ou seja, era a oportunidade de tirar dúvidas e fazer perguntas para o regente.

Assim o Professor, na tentativa de associar teoria e a prática, buscava grande atenção dos alunos, sendo que alguns estavam com dificuldades na realização de determinados cálculos. Foi percebido ainda que o público em sala de aula era de diversas idades. Inclusive tinha uma aluna que estava assistindo a aula com sua filha aos seus braços. Percebe-se que, apesar das dificuldades, os alunos estão empenhados em aprender a matéria. Quanto ao Professor que estava lecionando, colocava-se à disposição dos alunos para tirar todas as dúvidas necessárias.

É de suma relevância a discussão referente o ensino da EJA a distância, considerando todos os desafios e potencialidades desse ensino. Nesta mesma etapa também foi realizada

uma **Roda de Conversa** com os alunos e o professor, com o objetivo de conhecer o perfil desses alunos, suas expectativas relativas ao curso e suas projeção para o futuro após a conclusão do curso. Segundo Marconi & Lakatos (1996) discorre que acerca de uma observação participante, o observador envolve-se com o grupo, transformando-se em um dos seus membros. passando a fazer parte do objeto de pesquisa.

3.2. Etapa 02 – Participação e Observação no Fórum EJA

Dia: 04 de outubro de 2015 (Sábado)

Nessa data tive a oportunidade de participar, como observadora, do XXIV Encontro Distrital da Educação de Pessoas Jovens, Adultas e Idosas Trabalhadoras – EJAIT. O encontro foi organizado pelo Grupo de Trabalho Pró-Alfabetização do Distrito Federal (1989 a 2015) e teve como tema: Propostas e Desafios – Por uma Educação de Pessoas Jovens, Adultas e Idosas Trabalhadoras. O grupo compõe por Professores da Rede Pública, Universidade de Brasília e representantes de movimentos sociais e sindicais.

O Documento de Construção Coletiva Aprovado em Plenária Final teve como mote a seguinte questão: “O problema que nos une é estrutural”. A seguir, apresentamos os principais pontos deste documento:

“O problema da Educação de Jovens, Adultos e Idosos Trabalhadores (EJAIT) é estrutural da sociedade capitalista, com distribuição de renda altamente concentrada no DF, diferente da tendência nacional, por isto, não se trata de educação apenas para inclusão social, mas uma educação emancipadora como inclusão política, ou seja, o acesso aos bens materiais e simbólicos é crítico-criativo-propositivo-transformador. Os dados do Censo 2010/IBGE revelam uma população no DF acima dos 2.500.000 (dois milhões e quinhentos mil) habitantes. Apesar de uma ligeira variação, tais dados estão coerentes com aqueles apresentados pela Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílio (PDAD), do ano de 2011, realizada pela Companhia de Planejamento do Distrito Federal (CODEPLAN). Observa-se que a taxa migratória do DF mantém ritmo de crescimento acima da média nacional com significativo impacto na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno.” (PDE 2015-2024, Meta 9,p.95).

- “Na EJA é preciso levar em consideração a população que não concluiu a Educação Básica no DF – cerca de 1,79 milhão de pessoas com 15 anos ou mais de idade (40% da população) – porém as atuais matrículas alcançam apenas 4,5% desse contingente.” (PDE 2015-2024, Parte I,p.15).

- Segundo a Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílio (PDAD) de 2011, realizada pela Companhia de Planejamento do Distrito Federal (CODEPLAN), 844.623 jovens e adultos trabalhadores moradores do Distrito Federal com 15 anos ou mais não concluíram o Ensino Fundamental.

- Segundo a PDAD 2011, o índice de analfabetismo no Distrito Federal é de 2,03%, o que corresponde a 51.967 (cinquenta e um mil, novecentos e sessenta e sete) pessoas de 15 anos ou mais de idade que não sabem ler e escrever, segundo a publicação Indicadores Sociais Municipais: uma análise dos resultados do universo do Censo Demográfico 2010, divulgada pelo IBGE, em 16/11/2011, o índice de analfabetismo no Distrito Federal é de 3,5%, o que corresponde a 68.114 (sessenta e oito mil, cento e quatorze) pessoas de 15 anos ou mais de idade que não sabem ler e escrever.

- Em 2000, existiam 182 escolas de EJA e, em 2010, esse quantitativo foi reduzido a 110 escolas. No período 2011 a 2014, atingimos 117 escolas.

O evento iniciou-se às 08h30 com credenciamento e abertura da mesa política com representantes dos seguintes segmentos: coordenadores, professores, movimentos sociais e pessoa com deficiência física e demais observadores.

A seguir, foram realizados grupos de trabalhos – GTs por segmento sobre o documento do XXIII Distrital da EJA/IT, sendo que os trabalhos da manhã encerram-se com um almoço cultural. No período da tarde houve a discussão com a mesa temática do XIV ENEJA e a reunião ampliada com os representantes dos segmentos do GTPA-Fórum EJA/DF e a Coordenação para a eleição da delegação com vistas ao próximo fórum, que será realizado em Goiânia – GO.

Por fim, houve a composição da Coordenação Ampliada por meio da Plenária final. O Fórum foi realizado com sucesso, sendo mais uma forma de organização da luta pela EJA, tanto local quanto nacionalmente.

Na abertura na mesa de abertura, foram mencionadas as bandeiras de lutas do Fórum no nosso território que direcionaram todas as discussões e encaminhamentos do encontro:

- ✓ abertura de novas escolas em três turnos com contratação de novos professores;
- ✓ garantia do acesso e funcionamento dos laboratórios de informática;
- ✓ gestão pública relacionadas ao orçamento participativo;
- ✓ Sistema de Educação Nacional;
- ✓ Legislação da EJA: Certificação como direito dos trabalhadores estudantes após seu processo formativo ou complementar; calendário escolar da EJA, etc;
- ✓ Lei de Responsabilidade Educacional em contraponto à Lei de Responsabilidade Fiscal.

Percebemos que, por meio do Fórum EJA/DF, tem-se buscado, cada vez mais, garantir a educação como um direito humano aos jovens, adultos e idosos que não puderam frequentar a escola na chamada “idade certa”. Ou seja, a entidade articula, organiza e encaminha as bandeiras e as estratégias de luta em nível local, sem perder de vista o que acontece de debate e de iniciativa política na esfera nacional.

3.3. Etapa 03 – Aplicação do questionário e participação observação

Dia: 09 de outubro de 2015 (Quinta-Feira)

Como explicado, foi aplicado o questionário de 20 questões na turma selecionada para 13 alunos/participantes. Infelizmente, a participação reduzida justifica-se em função do curso ser no período noturno e também pela dificuldade de deslocamento (residência x escola x residência).

Nesse dia da aplicação do questionário, também houve a oportunidade de interação entre os alunos/participantes por meio da discussão sobre o tema a EJA como um direito humano, bem como a reflexão sobre o mercado de trabalho e seus desafios atuais. Foi realizada ainda, nesta data a Roda de Conversas.

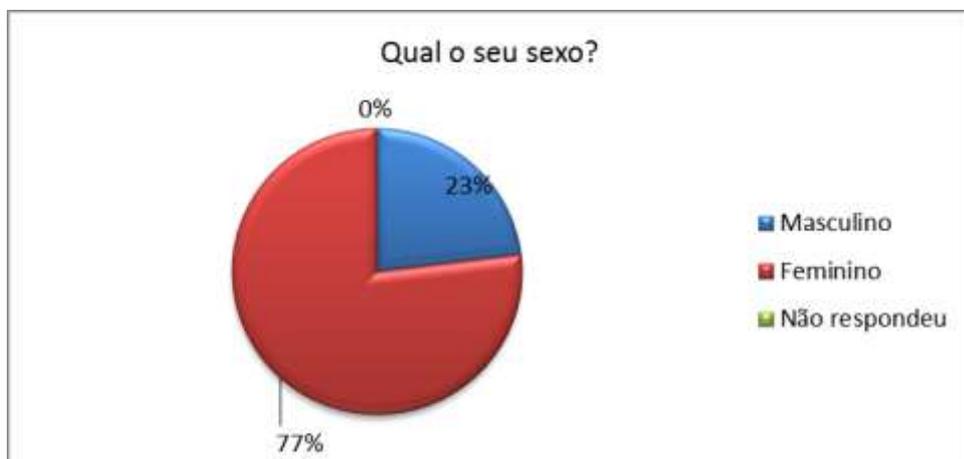
Destacam-se abaixo as perguntas e análises das respostas:

Gráfico 5 - Módulo do Curso



Na questão acima, observa-se que o curso possui 05 módulos para a conclusão do nível médio.

Gráfico 6 – Gênero dos alunos entrevistados



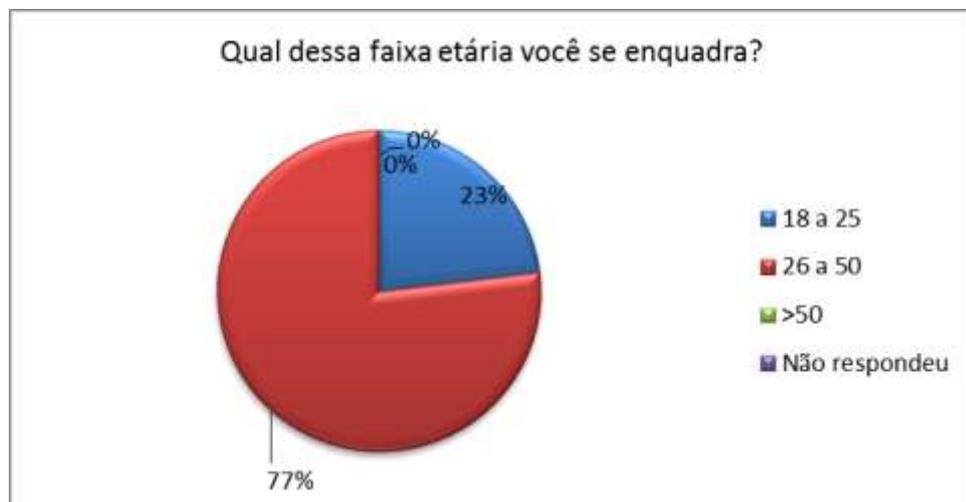
No gráfico 6 acima, está relacionado quanto ao gênero dos participantes no curso, o questionário acima demonstra que as mulheres têm se dedicado mais aos estudos, retornando à escola e buscando qualificar-se para o trabalho.

Rosemberg (2001 p.21), ao se referir às 05 (cinco) conferências internacionais organizadas pelas Nações Unidas (ONU) a partir de 1990, demonstrou que estes encontros apresentavam temas relativos a mulher/desenvolvimento/educação. Neles, a ONU estabeleceu metas para garantir às mulheres o acesso igual ao dos homens à educação em todos os níveis de escolaridade e de acesso ao trabalho e à remuneração igualitária.

Vejamos, por exemplo, a Conferência de Beijing de 1994, que tinha como propósito “promover a igualdade de acesso das mulheres à educação, eliminar o analfabetismo feminino, melhorar o acesso das mulheres a formação profissional, ao ensino científico e tecnológico e a educação permanente” (DELORS et al., 1999, p.197).

O gráfico abaixo mostra quanto ao questionário permitiu a coleta de dados em relação ao perfil dos estudantes, mostra que a maioria dos alunos são pessoas mais experientes, conforme abaixo:

Gráfico 7 - Faixa Etária



Embora se pense que estudar com uma certa idade possa ser demasiado tarde, existem muitas histórias de sujeitos que concluíram seus estudos fora da idade considerada ideal. Temos o relato de Klingl (Correio Braziliense, 07.09.04, p. 12) que nos apresenta a história do professor de Letras Manoel Celso Lopes que, aos 47 anos, formou-se. Mas que começou se alfabetizou aos 18 anos na EJA:

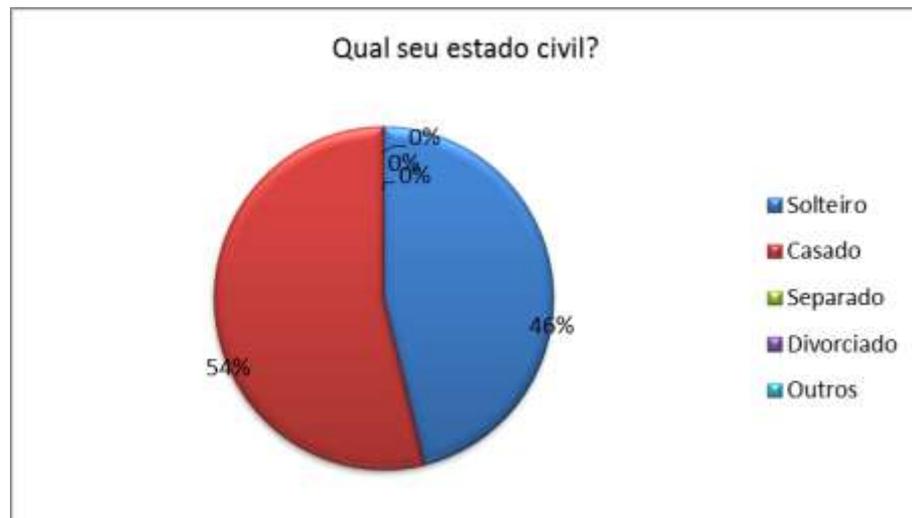
O professor Lopes, que até os 18 anos era incapaz de ler e escrever qualquer coisa, nasceu no interior de Santa Catarina e passou a infância e a adolescência trabalhando

na lavoura juntamente com seus pais. Sua família é, ainda hoje, quase toda analfabeta. O pai morreu há dois anos sem nunca ter aprendido a ler. A mãe e cinco irmãos também são analfabetos. Apenas duas irmãs sabem ler e escrever. Aos 18 anos, o jovem Manoel Lopes, à procura de novas oportunidades, foi morar em Florianópolis, capital de seu Estado. Trabalhando como servente de pedreiro, começou a cursar, à noite, o Ensino Fundamental. [1º segmento] Da 1ª à 4ª série, fez um curso integrado. Da 5ª à 8ª série, o supletivo [2º segmento]. O Ensino Médio [3º segmento] foi cursado regularmente. Ele estudava com a intenção de garantir seu sustento na capital. Manoel Lopes formou-se em Letras, fez dois cursos de pósgraduação e foi aluno ouvinte no mestrado de Engenharia de Produção. O depoimento desse jovem professor mostra o papel relevante da EJA: “Aprendi mais do que ler e escrever, descobri que isso faz parte da dignidade humana e que ajuda a dar longevidade ao cérebro e à vida (Correio Braziliense, 07.09.04, p. 12).

A história acima apresenta a importância da educação, sendo uma ferramenta que oferece transformação na vida de todas as pessoas, não importando com a idade e nem classe social.

O gráfico 8 abaixo, aborda quanto ao estado civil, observa-se que a maioria dos participantes é do sexo feminino, sendo que esse público casado, além de manter o compromisso com a educação, geralmente também tem a responsabilidade com a família.

Gráfico 8 - Conjugue



O gráfico abaixo, apresenta outro ponto importante a ser discutido é a quantidade de filhos que os participantes têm, sendo possível ou não a facilitação do acesso ao Ensino na modalidade a distância. Conforme gráfico abaixo, 38% não têm filhos, 31% têm de 1 a 2 filhos e outros 31% , 3 a 4 filhos.

A pergunta foi feita porque este fator – ter ou não filhos – pode ter sido considerado para a escolha da modalidade a distância.

Gráfico 9 - Filhos



Referente o gráfico abaixo, faz reflexões ao percebe-se da importância da EJA na vida das pessoas. A fim de saber qual como é a interação entre o professor-aluno, já que é de suma importância uma boa relação entre ambos, no processo do desenvolvimento do curso, o gráfico abaixo mostra a percepção do aluno em relação ao professor.

Gráfico 10 - Percepção sobre o Professor



Percebe-se que 77% dos participantes reconhecem que o seu professor é um mestre, 15% veem seu professor como um facilitador e 8% percebem como uma pessoa comum.

De fato, um bom relacionamento entre o educador e o educando reflete num melhor aprendizado, quanto não há boa relação entre ambos, pode haver uma desistência no curso, e ou até mesmo o processo de exclusão.

Conforme relatos de experiências de estudantes, apresentadas no Primeiro Caderno da Coleção supracitada da SECAD:

[...] Mais uma vez, é a aluna Luciane quem descreve a professora que contribuiu decisivamente para o seu abandono da escola:

“Foi nesse tempo assim tumultuado e confuso que conheci a professora Dona Pedrina, da qual eu nunca me esqueci e acho nunca me esquecerei. Quando um aluno escrevia alguma coisa errada, por exemplo, ela falava bem alto para todos na classe ouvirem. E como costuma ser, todas as crianças começavam a rir do erro cometido por alguém. Ela adorava pôr de castigo o aluno que não fazia a lição de casa. Colocava-o de pé na frente da classe. Gostava, também, de dar uma de toda poderosa, dizendo com voz firme:

- Luciane, vou comprar uma cartilha para você aprender a escrever. Eu vou conversar com sua mãe para pôr você no primário de novo!!!”

Com toda essa experiência, o meu comportamento, hoje vejo, só piorava. Pois eu fingia não estar nem aí, demonstrando isso com palavras e atitudes. Achava que daquela forma as pessoas não mais ririam de mim.”.

Conforme relatos no Primeiro caderno, ALUNAS E ALUNOS DA EJA do SECAD, aborda que [...] *O papel do (a) professor(a) de EJA é determinante para evitar situações de novo fracasso escolar. Um caminho seguro para diminuir esses sentimentos de insegurança é valorizar os saberes que os alunos e alunas trazem para a sala de aula.*

Declara ainda o Primeiro Caderno:

[...] O reconhecimento da existência de uma sabedoria no sujeito, proveniente de sua experiência de vida, de sua bagagem cultural, de suas habilidades profissionais, certamente, contribui para que ele resgate uma autoimagem positiva, ampliando sua auto-estima e fortalecendo sua autoconfiança.

Por fim declara o Primeiro Caderno que:

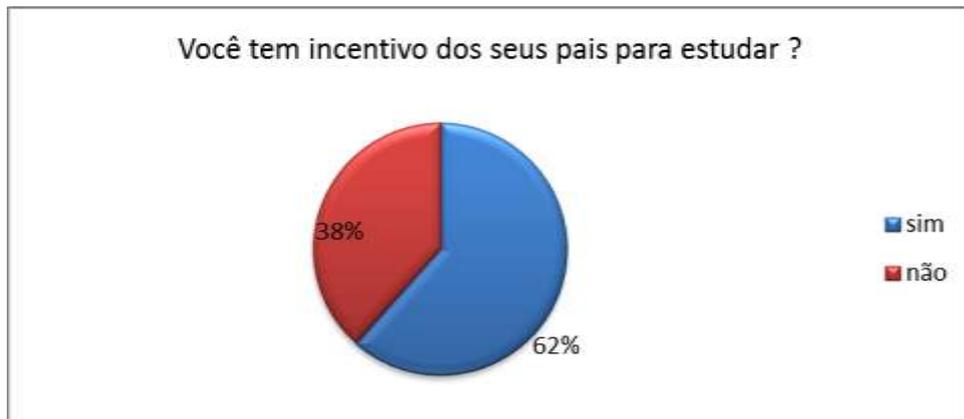
[...] O bom acolhimento e a valorização do aluno, pelo (a) professor (a) de jovens e adultos possibilitam a abertura de um canal de aprendizagem com maiores garantias de êxito, porque parte dos conhecimentos prévios dos educandos para promover conhecimentos novos, porque fomenta o encontro dos saberes da vida vivida com os saberes escolares.

A relação professor-aluno é tão importante que o educador Paulo Freire explicou:

Para ser um ato de conhecimento o processo de alfabetização de adultos demanda, entre educadores e educandos, uma relação de autêntico diálogo. Aquela em que os sujeitos do ato de conhecer (educador-educando; educando-educador) se encontram mediatizados pelo objeto a ser conhecido. Nesta perspectiva, portanto, os alfabetizandos assumem, desde o começo mesmo da ação, o papel de sujeitos criadores. Aprender a ler e escrever já não é, pois, memorizar sílabas, palavras ou frases, mas refletir criticamente sobre o próprio processo de ler e escrever e sobre o profundo significado da linguagem (Freire, 2002, p. 58).

O gráfico abaixo mostra qual o nível de incentivo que os alunos tem em relação aos estudos. É percebido que 62% dos participantes não têm incentivos para estudar por parte de outras pessoas.

Gráfico 11 – Motivação para estudar



É relevante a participação da família e no apoio na vida acadêmica de seus filhos, porém, ainda têm observações quanto ao seu apoio, pois, nem sempre os pais se acham capazes de ajudarem seus filhos no desenvolvimento do ensino aprendizagem.

Gráfico 12 - Atuação profissional



O gráfico acima corrobora a questão a atuação do aluno da EJA no mercado profissional, segundo a análise, 69% trabalha e 31% não trabalham. Isso mostra que embora o aluno tenha dificuldade de estudar e trabalhar, busca conciliar as duas atividades, para que no futuro, tenha um bom retorno.

Referente o gráfico abaixo mostrou-se que 92% pelos respondentes participantes pretendem fazer uma faculdade ao terminar o curso do PROEJA, entretanto apenas 8% deseja terminar apenas o Ensino Médio.

Gráfico 13 - Trajetória Acadêmica



Percebe-se que a idade não pode ser um impedimento para o prosseguimento dos estudos, até porque este é um dos fundamentos da EJA. Ou seja, o estudante da EJA sabe que pode fazer sua própria história, ainda que não esteja na considerada “idade certa”:

A Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – SECAD do MEC elaborou o material de estudo com o nome “Coleção Trabalhando com a Educação de Jovens e Adultos” (2004), composta de cinco cadernos temáticos. Em um deles, o aluno Marcelo fala dos seus sonhos:

“O meu maior desejo é poder terminar meus estudos, fazer um curso técnico ou mesmo uma faculdade, pois já estou percorrendo metade do caminho dos meus desejos. Espero da vida a capacidade infinita de realizar com êxito qualquer tarefa e decidir agir com otimismo e autoconfiança, porque dias prósperos não vêm por acaso, nascem através de muita luta e persistência”. (Secad, 2004, p.5)

Outra análise do questionário foi referente a:

Pergunta: Porque você optou pela EJA a distância quando resolveu retornar aos estudos?

Resposta: P1: Pela facilidade de poder estudar em casa; P2: Porque facilita para estudar, por não ter tempo para estar na escolar todos os dias; P3: Pela praticidade do dia a dia; P4: Disponibilidade de tempo; P5: Porque parei para pensar que nem tudo estava perdido, e que poderia recomeçar.

Pesquisadores como Correia, Espíndola e Pellegrini (2008) analisam a viabilidade da Educação a Distância para o público de jovens e adultos:

Para o trabalhador que procura a EJA esta modalidade de EAD surge como uma possibilidade tangível e acessível para complementação dos estudos, obtenção do reconhecimento formal de suas aptidões e conhecimentos empíricos e maneira de manter-se como elemento ativo dentro de um mercado de trabalho cada vez mais competitivo (2008, p.6).

De fato o acesso a Educação a Distância cria oportunidades do acesso ao ensino em todos os seus níveis, etapas e modalidades como um direito humano, de modo a facilitar a realização dos estudos, de forma flexível bem como a oportunizar a qualificação profissional.

Acerca da Educação a Distância, houve a:

Pergunta: Liste alguns aspectos positivos e negativos do método de ensino utilizado na EJA a distância?

Resposta: Dos Aspectos Positivos:

P1: Pode ser conciliado com as atividades do meu dia a dia; P2: Comodidade em realizar o curso e concluir o Ensino Médio; P3 – Não tem que ir a escola todos dias; P4: A praticidade, facilidade de ter disponível os conteúdos; P5: Facilita pra gente, é uma oportunidade valiosa que nos ajuda a concluir os estudos e P6: Concluir o Ensino Médio mais rápido em curto prazo.

Resposta: Dos Aspectos Negativos:

P1: No presencial eu acho que é melhor, por estar mais tempo com o professor, a distância o tempo é menor. P2: Não ter contato diário com o professor; P3: estudar na frente do computador, incomoda e dá sono. P4: Pouco tempo de aula presenciais.

Observa-se os relatos acima que, embora alguns alunos percebam que a Educação a Distância abre portas para o conhecimento num curto espaço de tempo, em tempo real e com praticidade, há alguns divergências. A bem da verdade, limita o acesso presencial com o professor de sala de aula e há uma inquietação em frente uma máquina, de modo a não interagir presencialmente com outra pessoa.

Segundo Fredric Litto (2011), presidente da ABED¹³:

Aborda alguns pontos positivos da Educação a Distância, com sendo uma possibilidade de interagir com pessoas incapacitadas de frequentarem instituições convencionais seja por morarem em locais afastados, por falta de tempo, por deficiência física ou mental ou por situações adversas. Neste novo contexto, cria-se a possibilidade de frequentar o curso, nos dias e horários mais convenientes. Ressalta ainda, que é a minimização do deslocamento gerando a economia de tempo e dinheiro, o ensino independente onde tempo e lugar são administrados pelos alunos de acordo com seu ritmo, podendo gerenciar seu processo de ensino-aprendizagem, o atendimento personalizado e a interatividade entre tutor e alunos. ABED (2010).

¹³ Associação Brasileira de Educação a Distância

Acerca dos pontos negativos, o autor reconhece que esta modalidade pode ser restringida pela falta de conhecimento ou interesse por parte do aluno. Ou ainda pela limitação deste, que poderá necessitar de um tempo maior para assimilação das competências.

Outra questão abordou o acesso ao Ambiente Virtual: Referente à utilização do Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem – AVEA, através da plataforma Moodle, existe alguma dificuldade?

Destacam-se alguns relatos dos participantes da pesquisa que falaram de sua experiência: Do total de 13 participantes, 09 consideraram sem dificuldades do acesso a plataforma Moodle e 04 participantes percebem dificuldades quanto ao acesso às matérias disponibilizadas.

Sendo o curso a distância, o acesso à plataforma Moodle é indispensável ao desenvolvimento da aprendizagem. Se alguns apresentam dificuldades, com certeza é um dificultador para o alcance dos objetivos do curso. Outra questão vinculada ao acesso relaciona-se ao tempo despendido na frente do computador.

Referente a quantidades de horas que os educandos gastam para entender os módulos do curso, perguntou-se:

Gráfico 14 – Dedicção de horas para estudar



Observa-se acima que 77% dos estudantes se dedicam aos estudos 02 (duas) horas por dia e 8% dedicam-se por 04 e 05 horas diariamente e, por último, 7% com 03(três) horas de estudos por dia.

Como apresentado abaixo na figura 4, a plataforma é a ferramenta virtual, que os participantes da pesquisa acessam pela disciplina virtual.

Figura 2 - Plataforma Moodle da ETC



Fonte: Escola Técnica de Ceilândia – ETC

Segundo o MEC (2007) a EAD pode ser definida como o processo de ensino que ocorre quando o professor e o aluno estão separados em relação ao tempo e ao espaço. A mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos.

Os autores Chaves (1999), Sarramona (1986) e Leiva (2003) analisam as especificidades do processo de EAD, permitindo uma formulação mais clara do conceito:

- a) o aluno é livre para escolher os horários mais convenientes para estudo;
- b) exige todas as condições inerentes a qualquer sistema educacional, a saber: planejamento, orientação do processo e avaliação;
- c) comunicação: aprendizes e/ou instrutores se comunicam de algum modo, além de reuniões presenciais em sala de aula; e outras.

Ou seja, na EaD deve haver a integração de todos os sujeitos e componentes para melhor desenvolvimento das atividades a fim de favorecer o cursista do PROEJA. O quadro a seguir ilustra bem a ideia que fundamenta este modo de educar.

Quadro 1 - Itens para análise dos componentes do sistema de EAD

COMPONENTES DO SISTEMA DE EAD
Relacionados ao aluno
Autonomia nos estudos / Motivação para a pesquisa / Acessibilidade / Disciplina nos estudos / Construção do conhecimento
Relacionados ao Docente
Dedicação do professor para transformar problemas em soluções
Atenção do professor no fórum de discussão, no chat e nas respostas aos e-mails
Metodologias e estratégias de ensino-aprendizagem
Relacionados à Comunicação
Inclusão digital / Conteúdo (módulos, material impresso) / Ambiente virtual de aprendizagem (AVA)
Relacionados à Estrutura e Organização
Distribuição dos materiais (organização e estrutura) / Processos de comunicação e avaliação

Fonte: Puerta; Amaral, 2008

Outra análise de pergunta apresentada no questionário foi sobre o mercado de trabalho e os seus desafios atuais, conforme previsto no objetivo específico. Pergunta: De que forma a EJA a distância tem contribuído para o seu desenvolvimento pessoal e profissional?

Conforme respostas dos participantes: *P1: para geração de novas oportunidades no futuro; P2: para lutar com garra e chegar mais longe; P3: na área pessoal adquirindo aprendizagem e na área profissional mais qualificação; P4: estou me especializando na área em que trabalho; P5: a forma de vê, a agir diariamente; P6: tem contribuindo para terminar meus estudos e ter uma profissão.*

Segundo (PALÁCIOS apud OLIVEIRA, 1999) o jovem retorna a EJA em uma busca de certificação o que teoricamente o colocaria no mercado de trabalho e teria o seu lugar na sociedade garantido, tendo com isso o resgate da auto-estima e passando a ser visto como um cidadão comum.

É exatamente isso, o Programa de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA, prepara o educando não somente para a educação e sua formação, mas, também para uma colocação no mercado de trabalho.

E por fim foi analisado mais uma questão aplicada aos alunos em sala de aula:

Pergunta: Através do curso Técnico em Administração na modalidade a Distância pelo PROEJA, quais suas expectativas atuais e futuras para sua vida (pessoal, educacional, profissional e etc)?

Resposta: Os 13 (treze) participantes responderam os relatos abaixo:

- P1: Estou empenhada em estudar direito, futuramente ser delegada e ou Juíza;
- P2: Quero fazer faculdade de Administração, me formar e conquistar um emprego;
- P3: Concluir o curso e conseguir um emprego para pagar a faculdade;
- P4: Adquirir conhecimentos o suficiente para administrar meu próprio negócio;
- P5: Passar num concurso público, ter uma profissão reconhecida, ser uma pessoa digna na profissão que eu escolhi;
- P6: Poder ingressar na área de Administração e ter um aumento na renda de trabalho;
- P7: Terminar o curso e fazer concursos;
- P8: Fazer uma faculdade, abrir o meu próprio negócio;
- P9: Adquirir uma profissão que me ajude a melhorar a minha vida e das outras pessoas e ter qualidade de vida melhor;
- P10: São poder usufruir no nosso dia a dia o que aprendi no decorrer do curso;
- P11: Melhorar possível em todos os sentidos da vida pessoal, profissional e etc;
- P12: Estou sonhando muito com essa formação, estou sonhando alto, inclusive na área de trabalho, visto que estou desempregada, quero muito um emprego;
- P13: Vejo a oportunidade de crescer profissionalmente, ter a chance de conseguir um emprego melhor.

Os relatos acima mostram que os alunos acreditam no potencial da EJA como uma forma futura do ingresso ao curso superior, de novas oportunidades no mercado de trabalho, de conclusão do Ensino Médio, de melhoria na vida pessoal e profissional.

O acesso à educação é uma ferramenta que vai permitir que as pessoas busquem uma vida cada vez melhor, sendo capacitadas para a profissionalização no mercado de trabalho e reconhecimento de seus direitos:

[...] para que aumentem as possibilidades individuais de educação, e para que se tornem universais, é necessário que mude o ponto de vista dominante sobre o valor do homem na sociedade, o que só ocorrerá pela mudança de valoração atribuída ao trabalho. Quando o trabalho manual deixar de ser um estigma e se converter em simples diferenciação do trabalho social geral, a educação institucionalizada perderá o caráter de privilégio e será um direito concretamente igual para todos (Pinto, 2000, p.37).

Apresenta-se abaixo o momento da aplicação do questionário com a participação dos alunos e do professor responsável pela disciplina.

Figura 3 - Momento da aplicação do Questionário e Discussão



3.4. Etapa 04 – Reflexão do Professor sobre a EJA

Nessa etapa foi a oportunidade de ouvir relatos do Professor responsável pela disciplina do curso Técnico em Administração na modalidade a distância – PROEJA - módulo III - disciplina de Auxiliar de departamento financeiro no período noturno.

Em um primeiro encontro foi estabelecida uma conversa com o Professor responsável, de modo a saber qual a sua percepção quanto ao aprendizado de seus alunos. Na visão do professor, embora esses alunos (participantes) estejam empenhados com o curso e busquem aprender o máximo possível, por meio das dúvidas tiradas no encontro presencial, ele ainda percebe dificuldades em função do ensino a distância.

Conforme relatado em resposta no questionário, alguns participantes discorrem dos pontos negativos e positivos, do ensino PROEJA na modalidade a distância.

Foi aplicado um questionário, onde destaca-se as seguintes perguntas e respostas:

Pergunta: Como têm sido desenvolvidos os processos de ensinar e aprender na EJA a distância?

Resposta: *Temos trabalhado com a plataforma Moodle para comprovar 80% da carga horária a distância e 20% presencial.*

Pergunta: Qual o perfil dos sujeitos que tem procurado esse tipo de ensino?

Resposta: *Em análise do professor, discorre que o perfil é diversificado é o de Baixa Renda.*

Pergunta: Como têm sido desenvolvidas as aulas presenciais e as aulas a distância?

Resposta: *Aulas expositivas, avaliação presencial e atendimento ao individual.*

Pergunta: De que maneira o aluno é avaliado nessa modalidade de ensino?

Resposta: *Avaliação é feita da seguinte forma: 50% atividade a distância, 50% atividade presencial, muitas as vezes aproveita as aulas presenciais como momentos avaliativos.*

Pergunta: Liste alguns aspectos positivos e negativos do método de ensino utilizado na EJA a distância. Positivos: *Inclusão Digital*. Negativos:

Resposta: *O aluno tem que estudar sozinho.*

É percebido que se cumpre a carga horária do curso, conforme proposto pela Coordenação Pedagógica do curso, sendo um desafio para o professor ensinar, uma vez que a maior parte do curso é ministrado a distância. No caso no presencial, que requer a carga horária mínima, torna-se mais fácil mostrar ao aluno, por meio da revisão e o atendimento individual, todo o apoio para que o educando consiga realizar seu curso da melhor forma possível.

O Portal Planeta Educação¹⁴, trata da identidade do aluno e do professor da EJA, na qual apresenta relatos de experiências entre ambos. Em sua maioria, os estudantes da EJA da rede pública são trabalhadores proletarizados, desempregados, dona de casa, jovens, idosos, portadores de deficiências. São alunos com grandes diversidades culturais, etnias, religião, crenças.

Quanto à postura do professor, mostra o Portal supracitado que:

[...] *Como esse educando já vem com uma experiência de vida, o professor deve levar em conta essa bagagem ao preparar seu conteúdo devido cada um dos seus*

¹⁴ A Identidade do aluno e do Professor da EJA. Viana, Sanches, Miranda (2015). Disponível em <<http://www.planetaeducacao.com.br/portal/impressao.asp?artigo=2069>>. Acessado em 30. out.2015

educandos ter a sua peculiaridade. Ao voltar à sala de aula, ele faz buscas além do conteúdo, buscando também mecanismos que promovam um desenvolvimento pessoal, ou seja, o aluno jovem e adulto encontrasse muitas vezes aberto a novas descobertas. (Portal Planeta Educação, 2015, p.1).

Corroborando ainda a importância do papel do professor da EJA:

[...] O professor da EJA atualmente traça o seu perfil na busca de ampliar suas habilidades e competências específicas para desenvolver uma boa prática pedagógica em seu trabalho. A formação técnica faz parte da competência que o professor deve trazer na sua formação acadêmica, mas muitas das vezes precisamos buscar na formação continuada um complemento para saber conduzir os ensinamentos dentro da complexidade dessa sociedade de conhecimento (EJA). A aprendizagem já é um processo envolvente por natureza, por ser um professor da EJA exige uma maior interação, compreensão e receptividade as expectativas dos alunos. Por isso, a disponibilidade se faz necessária porque muitas vezes nos deparamos mediando conflitos e restaurando a autoestima desses educandos. (Portal Planeta Educação, 2015, p.3).

E, por fim, conclui o artigo que:

[...] O perfil do professor da EJA é muito importante para o sucesso do aluno que vê o professor como um modelo a seguir. Dentre as atribuições do professor está o compromisso em mostrar que a EJA é uma educação possível e capaz de mudar significativamente a vida de uma pessoa, permitindo a esta reescrever sua história e, também, compreender melhor o aluno e sua realidade diária, acreditando nas possibilidades do ser humano, buscando seu crescimento pessoal e profissional. (Portal Planeta Educação, 2015, p.1).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme proposto no objetivo da pesquisa em investigar as percepções dos alunos em relação às oportunidades proporcionadas pela Educação Profissional, mostrou-se por meio do estudo da EJA, que os alunos percebem a importância da educação e da modalidade a distância em sua vida, uma vez que esse bem pode ajudar a abrir oportunidades acadêmicas e profissionais e, acima de tudo, se sentem valorizados, independente da idade.

Embora o curso a distância seja uma oportunidade de estudar e adquirir novos conhecimentos, ainda há muita dificuldade quanto a esse acesso, tanto pelo lado do uso da informática quanto pelas dificuldades de estudar sem o auxílio direto do professor.

Assim, mesmo os estudantes demonstrem gostar do curso, ainda se deparam com alguns problemas por não terem experiências no acesso a plataforma a distância e a não presença do professor o tempo todo de forma presencial para acompanhamento das disciplinas e tirar dúvidas, uma vez que o curso é 80% online e 20% presencial.

Ao refletir sobre o mercado de trabalho e os seus desafios atuais, os educandos mostraram uma atitude positiva frente ao curso, pois já percebem novas oportunidades ao terminá-lo. É possível sentir que há boas expectativas tanto na área pessoal mediante um incremento na autoestima quanto na área acadêmica pela possibilidade de acesso ao ensino superior, onde destaca-se um relato de uma educanda que disse: *“estou empenhada em estudar direito, futuramente ser delegada e ou Juíza”*. Isso mostra que a EJA tem resgatado o sonho de muitos alunos, que chegam na escola sem grandes expectativas e saem com maiores possibilidades de realização de seus sonhos.

Quanto ao mercado de trabalho, os educandos percebem que, por meio da conclusão do PROEJA, podem melhorar a capacidade profissional, conquistarem um emprego melhor e ou até mesmo serem empreendedores através da abertura de seu próprio negócio.

A contribuição dessa pesquisa, mostra que conforme relatados pelos educandos, professor e todos envolvidos na EJA, mesmo que diretamente ou indiretamente, a Educação de Jovens e Adultos está mudando a história do país, no que diz respeito às oportunidades de ensino, a área profissional e da vida pessoal, embora haja ainda grandes lutas e conquistas, têm-se grupos por meio dos fóruns que estão a cada dia buscando melhorias nesse ensino e novas oportunidades.

Da parte dos educadores, percebe-se que a EJA, especialmente o PROEJA, requerem atenção especial, pois a Educação Profissional precisa de pessoal especializado. Sabe-se que ainda é carente esse tipo de preparação especificada, em função do público diversificado. É um grande

desafio para o educador, pois também precisam estar mais qualificados e capacitados para fazer o diferencial na sala de aula.

A professora Arbache (2001) argumenta que o educador da EJA precisa ter conhecimentos específicos sobre o conteúdo, metodologia, avaliação e, ao mesmo tempo, saber trabalhar com a diversidade e heterogeneidade dos seus alunos.

Assim reflete o idealizador da EJA Paulo Freire:

Não devemos chamar o povo à escola para receber instruções, postulados, receitas, ameaças, repreensões e punições, mas para participar coletivamente da construção de um saber, que vai além do saber de pura experiência feito, que leve em conta as suas necessidades e o torne instrumento de luta, possibilitando-lhe ser sujeito de sua própria história. (FREIRE, 2001, p.16)

Ao se considerar a EJA como um direito humano, foi percebido que os alunos, ao chegar na escola, se sentem acolhidos, começam a despertar seu conhecimento e vontade de continuar seus estudos. Ou seja, se sentem no direito a ter direitos.

Sugere-se que futuras pesquisas sobre a EJA, com foco para o público dos idosos trabalhadores. Inclusive como já está colocado no próprio nome do Fórum de Educação de Jovens e Adultos e Idosos Trabalhadores do Distrito Federal.

Por fim, avaliamos que a EJA abre as portas para grandes oportunidades educacionais. O papel da educação é muito importante, pois é uma ferramenta que permite às pessoas buscarem uma melhoria de vida tanto por meio do trabalho quanto por meio do reconhecimento dos seus direitos e deveres.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso. Estudo de caso em Pesquisa e Avaliação educacional. 3 ed. Brasília: Líber, 2008. 98p.

ARBACHE, Ana Paula Bastos. A formação do educador de pessoas jovens e adultas numa perspectiva multicultural crítica. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro. Papel Virtual Editora, 2001.

BESSET, V. L, COUTINHO, L. G e COHEN, R. H. P. Pesquisa-intervenção com adolescentes: contribuições da psicanálise. In: CASTRO, L. R de e BESSET, V. L. (Orgs.) Pesquisa-intervenção na infância e juventude. NAU: Rio de Janeiro, 2008.

BRASIL, Presidência da República. Câmara da Reforma do Estado. Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado. Pereira, Luiz Carlos Bresser. 1995.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm. Acessado em 20.08.2013.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 24 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 08 out.2015.

BRASIL. Ministério da educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução n. 3, de 15 de junho de 2010.

_____. Decreto n.º 2.494, de 10 de fevereiro de 1998. Disponível em: http://www.mec.gov.br/Sesu/ftp/dec_2494.doc. Acesso em: 4 jun. 2007.

_____. Perguntas e Respostas sobre PROEJA. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10656-perguntaserespostas-PROEJA&category_slug=abril-2012-pdf&Itemid=30192. Acessado em 10.out.2015.

_____. Secretaria de Educação continuada, alfabetização e diversidade. Diretoria de Políticas de Educação de Jovens e Adultos. Princípios da Educação de Jovens e Adultos.

CERVO, A. L. BERVIAN, P. A. Metodologia científica. 5.ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

CHAVES, E. O. C. Ensino à distância: conceitos básicos. 1999. Disponível em: . Acesso em: 27 maio 2007.

CHIZZOTTI, A. Pesquisa em ciências humanas e sociais. 2. ed. São Paulo: Cortez (1998).

CODEPLAN. Companhia de Planejamento do Distrito Federal. Disponível em: www.anuariododf.com.br > Regiões Administrativas>. Acessado em 13. out. 2015.

CORREIA, Mariana, ESPÍNDOLA, Karen e PELLEGRINI, Ieda. Alternativas didáticas de Transição da Presidência da República Federativa do Brasil, 2010. Disponível em: Declaração Universal dos Direitos Humanos. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm. Acessado em 20.08.2013.

CORREIA, ESPÍNDOLA, e PELLEGRINI (2008, p.6). Disponível: <<http://especializacaotecnologiaemetodologias.blogspot.com.br/2008/11/alternativas-didticas-atuais-na-eja.html>>. Acessado em 29. Out.2015.

DELORS, J. et. Al. Educação: um tesouro a descobrir. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI. São Paulo: Cortez: Brasília. DF: MEC:UNESCO, 1999.

DEMO, Pedro. Metodologia científica em Ciências Sociais. São Paulo: Atlas, 1995.

DICIONÁRIO MICHAELIS. ARISTOCIA. Disponível em <http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portuguesportugues&palavra=aristocracia>. Acessado em 10.out.2015.

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA): A Importância da Alfabetização. Disponível em: <http://www.uninove.br/marketing/fac/publicacoes_pdf/educacao/v5_n1_2014/Nathalia.pdf> . Acessado em 20 Out.2015.

ESTEBAN, M. Paz Sandín. Pesquisa Qualitativa em Educação: fundamentos e tradições. Porto Alegre: AMGH, 2010. 238.p.

FLICK, U. Uma introdução à pesquisa qualitativa. Trad. Sandra Netz. 2 ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

FREIRE, Paulo. A educação como pratica da liberdade. 23ª Ed.. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

FREIRE, Paulo. A educação na cidade. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.

FREIRE, Paulo. A educação na cidade. São Paulo: Cortez,1991.

FREIRE, Paulo. Ação cultural para a liberdade e outros escritos. 10ª ed. São Paulo. Paz e Terra. 2002.

FREIRE, Paulo. Educação do Oprimido. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2005.

GADOTTI, M.; ROMÃO, J. E (2007). Educação de Jovens e Adultos: teoria, prática e proposta. 9. ed. São Paulo: Cortez.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Disponível em <[www.http://enceja.inep.gov.br/](http://enceja.inep.gov.br/)> . Acessado em 20.Out.2015.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira Censo Escolar da Educação Básica 2013: resumo técnico / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. – Brasília : O Instituto, 2014.

KLINGL, Érika. País desconhece total de cursos. *Correio Braziliense*, 07.09.04, p. 12. Disponível em <http://www.cereja.org.br/pdf/revista_v/Revista_SelvaPLopes.pdf> Acessado em 20.Out.2015.

LEIVA, W. D. Um modelo de hipertexto para apoio ao ensino mediado pela web. São Carlos: USP, 2003. Tese (Doutorado em Ciência de Computação e Matemática computacional) – Instituto de Ciência Matemática e de computação, Universidade de São Paulo.

LITTO, Fredric Michael. Carta aos Candidatos à Presidência, a ser apresentada à Equipe

MARCONI, M. A; LAKATOS, E. M. Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração e interpretação de dados. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1996.

MENEGOTTO, Daniela. Práticas Pedagógicas on-line: os processos de ensinar e de aprender utilizando o AVA-UNISINOS. São Leopoldo, 2006. 8

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. PARECER CNE/CEB Nº: 23/2008. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2008/pceb023_08.pdf> Acessado em 20. Out.2015.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA. DOCUMENTO BASE. EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO / ENSINO MÉDIO. PROGRAMA NACIONAL DE INTEGRAÇÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL COM A EDUCAÇÃO BÁSICA NA MODALIDADE DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS-PROEJA, Brasília, agosto 2007.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD). primeiro caderno, ALUNAS E ALUNOS DA EJA. Disponível em: <file:///C:/Users/MARCILENE/Documents/PSICOLOGIA_UnB/mongrafia%20TCC%20psicologia%20UnB/eja_caderno1.pdf> Acessado em 24.Out.2015

MOLL, Jaqueline. PROEJA e democratização da Educação Básica. In: MOLL, Jaqueline (col). Educação Profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades, Porto Alegre: Artemed. 2010.

MOREIRA, I. DE C. A inclusão social e a popularização da ciência e tecnologia no Brasil. *Revista Inclusão Social*. Brasília: IBICT, v. 1, n. 2, 2006. Disponível em:

MOREIRA, M. I. C. Pesquisa-intervenção: especificidades e aspectos da interação entre pesquisadores e sujeitos da pesquisa. In: CASTRO, L. R de e BESSET, V. L. (Orgs.) Pesquisa-intervenção na infância e juventude. NAU: Rio de Janeiro, 2008.

NOGUEIRA, VERA LÚCIA. Educação de Jovens e Adultos e gênero: um diálogo imprescindível à elaboração de políticas educacionais destinadas às mulheres das camadas populares. In.: SOARES, Leôncio. Aprendendo com a diferença- estudos e pesquisas em Educação de Jovens e Adultos, Belo Horizonte: EDITORA AUTÊNTICA, 2003. P.65-90.

PALACIOS, J. Introdução à psicologia evolutiva: história, conceitos básicos e metodologia. In: COLL, C.; PALACIOS, J.; MARCHESI, A. (Org.) Desenvolvimento psicológico e educação: psicologia evolutiva. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

PALLOFF, Rena; PRATT, Keith. Construindo Comunidades de Aprendizagem no Ciberespaço. Estratégias eficientes para salas de aula on-line. Porto Alegre: Artmed, 2002.

PILLETI, C. *História da educação*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1988.

PINTO, A. V (2010). Sete lições sobre educação de adultos. 2 ed. São Paulo: Autores Associados: Cortez.

PINTO, Álvaro Vieira. Sete lições sobre educação de adultos. 11 Edição. São Paulo. Cortez, 2000.

Portal da ETC. Disponível em < <http://www.cepceilandia.df.gov.br/sobre-a-secretaria/organograma.html>.> Acessado em 05 out.2015.

PORTAL DO CEREJA. Paulo Freire e a Educação de Jovens e Adultos. Disponível em: <http://www.cereja.org.br/pdf/revista_v/Revista_MariadeFa.pdf> .Acessado em 22.out.2015.

PORTAL DO IESP. Disponível em: <http://www.iesp-rn.com.br/ftpiesp/DisciplinasPROISEP/M%F3dulo%202/3-EJA%20-%20Educa%E7%E3o%20de%20Jovens%20e%20Adultos/porcaro_historiaejanobrasil.pdf>. Acessado em 25.Out.2015.

PORTAL e-biografias. Disponível em <http://www.e-biografias.net/paulo_freire/. Acessado em 22 de Out.2015.

Portal da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Disponível em: <<http://www.dudh.org.br/declaracao/>>. Acessado em 07.11.2015.

PORTAL PLANETAEDUCACAO. A Identidade do aluno e do Professor da EJA. Disponível em <<http://www.planetaeducacao.com.br/portal/artigo.asp?artigo=2069>>. Acessado em 25.Out.2015.

PORTAL REVISTAESCOLA. Disponível em: <<http://revistaescola.abril.com.br/politicas-publicas/eja-idosos-volta-escola-educacao-jovens-adultos-759946.shtml>>. Acessado em 20.Out.2015.

RICHARDSON, R.J (2009). Pesquisa social: métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas.
ROSEMBERG, F. Caminhos Cruzados: educação e gênero na produção acadêmica. São Paulo: Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 27, n.1.p47-68,2001.

SANTOS, Boaventura Sousa. A construção intercultural da igualdade e da diferença. In: _____. *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. São Paulo: Cortez Editora, 2006.

SARRAMONA, J. Sistemas no presenciales y tecnologia educativa. Castillejo y otros. Tecnologia educacional. Barcelona: CEAC, 1986.

SATO, Leny. Pesquisar e Intervir: encontrando o caminho do meio. In: CASTRO, L. R de e BESSET, V. L. (Orgs.) Pesquisa-intervenção na infância e juventude. NAU: Rio de Janeiro, 2008.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. CARDERNO DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS. 2007. Disponível em < http://www.educacao.es.gov.br/download/cartilha_EJA_final.pdf.> acessado em 10.out.2015.

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL. Disponível em: <http://www.se.df.gov.br/component/content/article/255-educacao-no-df/267-educacao-de_jovens-e-adultos.html> . Acessado em 20. Out.2015.

SENAC. atuais na EJA/EAD consciência de mundo. Disponível em: www.senacead.com.br/anais/encontro08/leda_1220979360.pdf. Acesso em: 25. out.2015.

SCOPE, Edna Graça, 1976- Olhares acerca do processo de construção dos projetos políticos pedagógicos dos cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio de Jovens e Adultos no contexto do Ifes campus Vitória. 2012

SOARES, Leôncio José Gomes. O surgimento dos Fóruns de EJA no Brasil: articular, socializar e intervir. In: RAAAB, alfabetização e Cidadania – políticas Públicas e EJA. Revista de EJA, n.17, maio de 2004.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez, 2000.

UNICAMP. COMPARAÇÃO DA EDUCAÇÃO PRESENCIAL COM A EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA ATRAVÉS DE UMA PESQUISA APLICADA. Disponível em: <<http://www.sbu.unicamp.br/snbu2008/anais/site/pdfs/2866.pdf>.> .Acessado em 20.Outu.2015.

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE BRASÍLIA. Disponível em: <<http://portalrevistas.ucb.br/index.php/raead/article/viewFile/3218/2232>> . Acessado dia 20. Out. 2015.

APÊNDICES

A – (Modelo de Roteiro de Atividades para a Roda de Conversa)

Dia:

Horário:

Será realizada uma Roda de Conversa com os alunos e o professor do curso Técnico em Administração na modalidade a distância – PROEJA, com os seguintes temas a discutir:

Questões a serem discutidas:

- ✓ **O que você entende por Inclusão social? Quais os tipos de inclusão?**
- ✓ **O que Exclusão Social? Quais os tipos?**
- ✓ **Educação a Distância? Quais as oportunidades adquiridas pela Educação a Distância?**
- ✓ **O Ensino de Jovens e Adultos – EJA , qual sua percepção?**
- ✓ **Sobre a disciplina de Auxiliar de departamento financeiro, quais as dificuldades encontradas?**

B – (Modelo de Diário de Bordo)

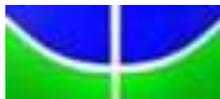
Dia: 02 de outubro de 2015 (Sexta-Feira)

Nessa data no período noturno, tive a oportunidade de conhecer o Prof. Guidi, que na ocasião estava em sala de aula, juntamente com sua turma do curso Técnico em Administração na modalidade a distância pela PROEJA na aula de matemática, dentro do módulo III - Auxiliar de departamento financeiro, dentro do módulo III - Auxiliar de departamento financeiro. Assim, fiquei observando como pesquisadora o desenvolvimento da turma, sobre as questões que estão debatendo. Foi percebido que por se tratar de uma aula voltada para área das exatas, onde a teoria e a prática, buscava grande atenção dos alunos, sendo que alguns, estavam com dificuldades na realização de determinado cálculos, por se tratar de um ensino a distância. Foi percebido ainda, que o público em sala de aula, eram em diversas idades, inclusive, tinha uma aluna que estava assistindo a aula com sua filha aos seus braços, com a idade de nova. Percebe-se que apesar das dificuldades os alunos estão empenhados em aprender a matéria. Quanto ao Professor que estava lecionando, colocava-se a disposição dos alunos para tirar todas as dúvidas necessárias.

Dia: 03 de outubro de 2015 (Sábado)

Nessa data, tive a oportunidade de participar como pesquisadora observante, na participação do XXIV Encontro Distrital da EJAIT pelo Grupo de Trabalho Pró-Alfabetização do Distrito Federal, a

fim de repensarem sobre as Propostas e Desafios – Por uma Educação de Pessoas Jovens, Adultas e Idosas Trabalhadoras, o evento foi organizado por Professores da Rede Pública e representantes de movimentos sociais.

C – (Modelo de Questionário – Anexo I para alunos)

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO EM E PARA OS DIREITOS

ANEXO I**Questionário ALUNO (A)**

Caro **educando**,

Ao responder as questões abaixo, você estará contribuindo para o desenvolvimento da pesquisa, cujo objetivo é entender o funcionamento da modalidade de Educação de Jovens e Adultos – EJA a distância - curso Técnico em Administração.

Desde já agradeço a sua disponibilidade!

Você não precisa se identificar.

Os dados coletados por meio deste questionário serão utilizados, somente, para fins de pesquisa.

1º) Qual seu módulo do Curso?

2º) Qual o seu sexo?

Masculino Feminino

3º) Qual dessa faixa etária você se enquadra?

18 a 25 26 a 50 > 50

4º) Qual o seu estado civil?

Solteiro Casado Separado/divorciado Outros

5º) Quantidade de filhos? 0 1 ou 2 3 ou 4 5 ou mais

6º) Como você percebe seu professor?

Uma pessoa comum Uma pessoa despreparada Um facilitador Um mestre

7º) Você tem incentivo dos seus pais para estudar? Sim Não

8º) Você gosta de estudar? Sim Não

9º) Você trabalha? Sim Não

10º) Até onde você deseja ir com seus estudos?

Concluir apenas o médio Fazer faculdade

11º) Você está satisfeito com a forma de gerenciamento de sua escola? () Sim () Não

12º) Como está sendo sua aprendizagem? () regular () boa () ótima

13º) Teve, em alguma fase de sua vida, que interromper seus estudos? () Sim () Não
Porque?

14º) Por que você escolheu o turno da noite para estudar?

15) Por que você optou pela EJA a distância quando resolveu retomar seus estudos?

16) Liste alguns aspectos positivos e negativos do método de ensino utilizado na EJA a distância:

Positivos:

Negativos:

17) Quantas horas diárias, aproximadamente, você precisa gastar para compreender os conteúdos propostos?

() 02 horas

() 04 horas

() 03 horas

() 05 horas

18) De que forma a EJA a distância tem contribuído para o seu desenvolvimento pessoal e profissional?

19) Referente a utilização do Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem – AVEA, através da plataforma *moodle*, existe alguma dificuldade?

20) Através do Curso Técnico em Administração na modalidade a Distância pelo PROEJA, quais suas expectativas atuais e futuras para sua vida (pessoal, educacional, profissional e etc).

Obrigada!

Brasília, 09 de outubro de 2015.

Fonte: S586e Silva, Aline Daniele Bueno da . A EJA na modalidade a distância: facilidades e implicações / Aline Daniele Bueno da Silva ; orientadora Daniela Brun Menegotto. – Bento Gonçalves, 2009. 26 f.. bento.ifrs.edu.br/.../201051103752984aline_daniele_bueno_da_silva.pdf...

C – (Modelo de Questionário – Anexo II para professor)



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
 INSTITUTO DE PSICOLOGIA
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
 CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO EM E PARA OS DIREITOS

ANEXO II

Questionário PROFESSOR (A)

Caro educador,

Ao responder as questões abaixo, você estará contribuindo para o desenvolvimento da pesquisa, cujo objetivo é compreender o funcionamento da modalidade de Educação de Jovens e Adultos – EJA a distância.

Desde já agradeço a sua disponibilidade!

Você não precisa se identificar.

Os dados coletados por meio deste questionário serão utilizados, somente, para fins de pesquisa.

1) Como têm sido desenvolvidos os processos de ensinar e aprender na modalidade de ensino EJA a distância?

2) Qual o perfil dos sujeitos que tem procurado esse tipo de ensino?

3) Como têm sido desenvolvidas as aulas presenciais e as aulas a distância?

4) De que maneira o aluno é avaliado nessa modalidade de ensino?

5) Liste alguns aspectos positivos e negativos do método de ensino utilizado na EJA a distância:

Positivos:

Negativos:

ANEXOS

A – (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - Professor)

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você está sendo convidado a participar da pesquisa “[título da pesquisa]”, de responsabilidade de *Marcilene Barros Lima*, aluno (a) de *pós graduação* da *Universidade de Brasília*. O objetivo desta pesquisa é *[explicitar de forma clara e objetiva os objetivos da pesquisa]*. Assim, gostaria de consultá-lo(a) sobre seu interesse e disponibilidade de cooperar com a pesquisa.

Você receberá todos os esclarecimentos necessários antes, durante e após a finalização da pesquisa, e lhe asseguro que o seu nome não será divulgado, sendo mantido o mais rigoroso sigilo mediante a omissão total de informações que permitam identificá-lo(a). Os dados provenientes de sua participação na pesquisa, tais como questionários, entrevistas, fitas de gravação ou filmagem, ficarão sob a guarda do pesquisador responsável pela pesquisa.

A coleta de dados será realizada por meio de: **roda de conversa e aplicação de questionário com a participação do sujeito Professor e Aluno do curso Técnico em Administração na modalidade a distância pelo programa PROEJA**. É para estes procedimentos que você está sendo convidado a participar

Sua participação é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper sua participação a qualquer momento. A recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade ou perda de benefícios.

Se você tiver qualquer dúvida em relação à pesquisa, você pode me contatar através do telefone (61) 9100-7761 ou pelo e-mail *marcidf_unb@yahoo.com.br*.

A equipe de pesquisa garante que os resultados do estudo serão devolvidos aos participantes por meio de e-mail, podendo ser publicados posteriormente na comunidade científica.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o(a) pesquisador(a) responsável pela pesquisa e a outra com o senhor(a).

Assinatura do (a) participante

Marcilene Barros Lima

Assinatura do (a) pesquisador (a)

Brasília, ____ de _____ de _____

B – (DECRETO Nº 5.840, DE 13 DE JULHO DE 2006.)**DECRETO Nº 5.840, DE 13 DE JULHO DE 2006.**

Institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA, e dá outras providências

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto nos arts. 35 a 42 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e no Decreto no 5.154, de 23 de julho de 2004, no art. 6o, inciso III, da Lei no 8.080, de 19 de setembro de 1990, e no art. 54, inciso XV, da Lei no 8.906, de 4 de julho de 1994,

DECRETA:

Art. 1o Fica instituído, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA, conforme as diretrizes estabelecidas neste Decreto.

§ 1o O PROEJA abrangerá os seguintes cursos e programas de Educação Profissional:

I - formação inicial e continuada de trabalhadores; e

II - Educação Profissional técnica de nível médio.

§ 2o Os cursos e programas do PROEJA deverão considerar as características dos jovens e adultos atendidos, e poderão ser articulados:

I - ao Ensino Fundamental ou ao Ensino Médio, objetivando a elevação do nível de escolaridade do trabalhador, no caso da formação inicial e continuada de trabalhadores, nos termos do art. 3o, § 2o, do Decreto no

5.154, de 23 de julho de 2004; e

II - ao Ensino Médio, de forma integrada ou concomitante, nos termos do art. 4o, § 1o, incisos I e II, do Decreto no 5.154, de 2004.

§ 3o O PROEJA poderá ser adotado pelas instituições públicas dos sistemas de ensino estaduais e municipais e pelas entidades privadas nacionais de serviço social, aprendizagem e formação profissional vinculadas ao sistema sindical ("Sistema S"), sem prejuízo do disposto no § 4o deste artigo.

§ 4o Os cursos e programas do PROEJA deverão ser oferecidos, em qualquer caso, a partir da construção prévia de projeto pedagógico integrado único, inclusive quando envolver articulações interinstitucionais ou intergovernamentais.

§ 5o Para os fins deste Decreto, a rede de instituições federais de Educação Profissional compreende a Universidade Federal Tecnológica do Paraná, os Centros Federais de Educação Tecnológica, as Escolas Técnicas Federais, as Escolas Agrotécnicas Federais, as Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais e o Colégio Pedro II, sem prejuízo de outras instituições que venham a ser criadas.

Art. 2o As instituições federais de Educação Profissional deverão implantar cursos e programas regulares do PROEJA até o ano de 2007.

§ 1o As instituições referidas no caput disponibilizarão ao PROEJA, em 2006, no mínimo dez por cento do total das vagas de ingresso da instituição, tomando como referência o quantitativo de matrículas do ano anterior, ampliando essa oferta a partir do ano de 2007.

§ 2o A ampliação da oferta de que trata o § 1o deverá estar incluída no plano de desenvolvimento institucional da instituição federal de ensino.

Art. 3o Os cursos do PROEJA, destinados à formação inicial e continuada de trabalhadores, deverão contar com carga horária mínima de mil e quatrocentas horas, assegurando-se cumulativamente:

I - a destinação de, no mínimo, mil e duzentas horas para formação geral; e

II - a destinação de, no mínimo, duzentas horas para a formação profissional.

Art. 4o Os cursos de Educação Profissional técnica de nível médio do PROEJA deverão contar com carga horária mínima de duas mil e quatrocentas horas, assegurando-se cumulativamente:

- I - a destinação de, no mínimo, mil e duzentas horas para a formação geral;
- II - a carga horária mínima estabelecida para a respectiva habilitação profissional técnica; e
- III - a observância às diretrizes curriculares nacionais e demais atos normativos do Conselho Nacional de Educação para a Educação Profissional técnica de nível médio, para o Ensino Fundamental, para o Ensino Médio e para a Educação de Jovens e Adultos.

Art. 5o As instituições de ensino ofertantes de cursos e programas do PROEJA serão responsáveis pela estruturação dos cursos oferecidos e pela expedição de certificados e diplomas.

Parágrafo único. As áreas profissionais escolhidas para a estruturação dos cursos serão, preferencialmente, as que maior sintonia guardarem com as demandas de nível local e regional, de forma a contribuir com o fortalecimento das estratégias de desenvolvimento socioeconômico e cultural.

Art. 6o O aluno que demonstrar a qualquer tempo aproveitamento no curso de Educação Profissional técnica de nível médio, no âmbito do PROEJA, fará jus à obtenção do correspondente diploma, com validade nacional, tanto para fins de habilitação na respectiva área profissional, quanto para atestar a conclusão do Ensino Médio, possibilitando o prosseguimento de estudos em nível superior.

Parágrafo único. Todos os cursos e programas do PROEJA devem prever a possibilidade de conclusão, a qualquer tempo, desde que demonstrado aproveitamento e atingidos os objetivos desse nível de ensino, mediante avaliação e reconhecimento por parte da respectiva instituição de ensino.

Art. 7o As instituições ofertantes de cursos e programas do PROEJA poderão aferir e reconhecer, mediante avaliação individual, conhecimentos e habilidades obtidos em processos formativos extra-escolares.

Art. 8o Os diplomas de cursos técnicos de nível médio desenvolvidos no âmbito do PROEJA terão validade nacional, conforme a legislação aplicável.

Art. 9o O acompanhamento e o controle social da implementação nacional do PROEJA será exercido por comitê nacional, com função consultiva.

Parágrafo único. A composição, as atribuições e o regimento do comitê de que trata o caput deste artigo serão definidos conjuntamente pelos Ministérios da Educação e do Trabalho e Emprego.

Art. 10. O § 2o do art. 28 do Decreto no 5.773, de 9 de maio de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

“§ 2o A criação de cursos de graduação em direito e em medicina, odontologia e psicologia, inclusive em universidades e centros universitários, deverá ser submetida, respectivamente, à manifestação do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil ou do Conselho Nacional de Saúde, previamente à autorização pelo Ministério da Educação.” (NR)

Art. 11. Fica revogado o Decreto no 5.478, de 24 de junho de 2005.

Art. 12. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Brasília, 13 de julho de 2006; 185o da Independência e 118o da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Fernando Haddad

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 14.7.2006

C – (Convite do GTPA – FÓRUM EJA-DF)

Figura 4 Convite do Evento



XXIV Encontro Distrital da EJAIT:
Propostas e Desafios – Por uma Educação de Pessoas Jovens, Adultas e Idosas Trabalhadoras



Organize o seu segmento e participe!
Contribua com o nosso lanche coletivo



Data
03/10/2015

Local
Auditório da Escola Técnica de Ceilândia

Horário
das 8h30m às 17h

EQNN 14, A/E- Ceilândia Sul
Ao lado da Estação Guariroba do Metrô

PROGRAMAÇÃO

08h30 às 09h00	Credenciamento
09h00 às 10h20	Mesa Política de Abertura - representantes dos segmentos
10h20 às 10h30	Intervalo
10h30 às 12h00	GTs por segmento - Atualização do Documento do XXIII Encontro Distrital da EJAIT
12h00 às 13h00	Plenária do Documento
13h00 às 14h00	Almoço Cultural
14h00 às 15h50	Mesa temática do XIV ENEJA- Concepções de Educação Popular e suas Interconexões com a EJAIT
15h50 às 16h00	Intervalo
16h00 às 16h30	Reunião por segmento para eleição da delegação ao XIV ENEJA - Goiânia/GO e indicação da representação do segmento na Coordenação Ampliada do GTPA-Fórum EJA/DF
16h30 às 17h00	Composição da Coordenação Ampliada / Plenária Final
17h00	Encerramento

"Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda".
(Paulo Freire)

Fonte: Portal do ForumEJA. Disponível em: <http://forumeja.org.br/df/>. Acessado em 05.out.2015.